

Sete Brasil Participações S.A.

Em Recuperação Judicial | Companhia Fechada | CNPJ/MF 13.127.015/0001-67

Relatório da Administração - exercício social de 2015

Em cumprimento às disposições da legislação societária e normas pertinentes, submetemos à apreciação dos Srs. acionistas o Relatório da Administração, referente às atividades desenvolvidas pela Sete Brasil Participações S.A. ("Sete Brasil" ou "Cia.") no exercício social de 2015, ao tempo em que registramos, de forma consolidada, as ações de gestão da atual Administração da Cia., desde sua posse em maio de 2014. **1 – Mensagem do Diretor Presidente e de relacionamento com investidores:** Criada em dezembro de 2010, a Sete Brasil é uma S.A. de capital fechado, cujo objeto de negócio é a gestão de portfólio de ativos com investimentos voltados para o setor de petróleo e gás na área offshore no Brasil, especialmente aqueles relacionados ao Pré-sal brasileiro. A carteira de negócios da Sete Brasil consiste em um projeto de construção de 29 sondas de perfuração, a serem construídas em cinco diferentes estaleiros no país, com um conteúdo local médio de 62%. As datas de entrega das sondas estabelecidas nos Contratos de EPC estão entre os anos de 2015 e 2020. O modelo de negócios adotado foi o de parcerias estratégicas com empresas especializadas e experientes na operação de ativos, sendo a propriedade das sondas compartilhada entre a Sete Brasil e cada um de seus parceiros estratégicos. A base acionária da Sete Brasil é formada por investidores institucionais, bancos e fundos de investimento. O Fundo de Investimento em Participações – FIP Sondas, administrado pela Caixa Econômica Federal, é detentor de 95% do capital acionário da Cia., e possui os seguintes quotistas: Banco BTG Pactual S.A., PREVI, EIG Sete Holdings SaRL, FUNCEF, PETROS, VALIA, FI-FGTS, Lakeshore Financial Partners, Luce Venture Capital, Petrobras, Santander Participações S.A. e Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (gerenciado pelo Banco BRADESCO BBI). Já a Petrobras possui os 5% restantes do capital da Cia. O programa capitaneado pela Sete Brasil tinha como objetivo ser um marco da indústria naval e offshore brasileira, com geração de aproximadamente 120 mil empregos diretos e indiretos e fomentação à indústria naval, ao desenvolvimento nacional e à retenção de tecnologia no Brasil. Em Janeiro de 2015, quando do início de seu 5º ano de funcionamento, a Sete Brasil atingiu a capitalização da totalidade de capital comprometido pelos acionistas para o desenvolvimento do seu plano de investimentos, no montante de R\$ 8,3 bilhões. As dificuldades para cumprir com todas as solicitações dos financiadores, agravadas pelas revelações trazidas pela Operação Lava-Jato, inviabilizaram a contratação das linhas de crédito de LP (pilar constitutivo e essencial do modelo de negócios da Sete Brasil) e levaram a Cia. a um cenário de indisponibilidade de recursos que, em outubro de 2014, resultou na suspensão de pagamentos aos estaleiros responsáveis pela construção das 29 sondas de perfuração ultra profundas que integram o portfólio do Projeto Sete. Ademais, em consequência da não obtenção do financiamento de LP dentro de um cronograma factível, pelas razões expostas acima, os bancos comerciais sinalizaram não terem mais interesse em estender o vencimento das dívidas contraídas pela Cia. e suas Controladas, motivo pelo qual, em fevereiro de 2015, venceram-se os contratos de financiamento de curto prazo. Diante do cenário de inadimplência da Cia., seus acionistas e credores celebraram um Instrumento de Obrigação de Não Fazer (*Standstill*), formalizando o acordo com os credores no sentido de não execução das dívidas vencidas, por um determinado período, para que a Cia. pudesse apresentar alternativas para acomodar os interesses de todos os envolvidos em um plano de reestruturação. O *Standstill* foi assinado em 31.03.2015, com validade de 90 dias, prorrogado para 14.08.2015 e, posteriormente, renovado para 21.09.2015, 05.10.2015, 19.10.2015, 16.11.2015, 22.02.2016, 26.02.2016, 11.03.2016, 28.03.2016 e, por último, estendido até 01.04.2016, com a possibilidade de extensão desta proteção até 11.05.2016, caso os acionistas da Sete Brasil assim deliberem. Durante o período de vigência do Standstill, a Cia. iniciou um processo de negociação com seu único cliente, a Petrobras, buscando estabelecer condições comerciais adequadas para a manutenção do Projeto. Uma primeira versão do Plano de Reestruturação foi apresentada pela Cia. aos credores em 26.05.2015, contudo, foi posteriormente rejeitada pela Petrobras, na qualidade de cliente da Sete Brasil. Diante da rejeição da proposta pela Petrobras, criou-se uma Comissão de Negociação composta por representantes da Petrobras e da Sete Brasil para que fossem reajustadas algumas premissas do Projeto que deveriam constar do Plano de Reestruturação e que impactariam, diretamente, os contratos firmados com a Petrobras. Buscava-se, com tal negociação, o alcance de um resultado que atendesse a ambas as partes. A Cia., seguindo as orientações da Assembleia Geral de Acionistas de 30.09.2015, enviou à Petrobras, em 07.10.2015, uma carta na qual foram acordadas as principais premissas do novo projeto e convidou a Petrobras para retomar a negociação das minutas contratuais que refletiriam tais premissas, com o objetivo de chegarem às versões finais e submetê-las oportunamente à aprovação das instâncias societárias competentes, tanto da Sete Brasil quanto da Petrobras. Em correspondência de 13.10.2015, a Petrobras apresentou à Cia. algumas considerações, que passaram a ser atendidas ao longo do mês de outubro. Em carta de 17.11.2015, a Petrobras informou à Cia. que sua Diretoria havia aprovado a continuidade das negociações, iniciando-se a partir de então as discussões das minutas dos documentos, no âmbito do Comitê de Negociação, tendo ocorrido duas reuniões no mês de novembro para esse fim, passando-se a ser estimado o prazo de 60 dias para conclusão dessas discussões, em nível técnico, para posterior encaminhamento às instâncias deliberativas de referidos documentos. Nesse novo contexto temporal, decorridos nove meses de discussões na busca de viabilização de um Plano de Reestruturação para a Cia., a Diretoria Executiva, ciente dos impactos que o decurso do tempo ocasiona à possibilidade de se viabilizar uma solução de êxito ao projeto, em estrito alinhamento ao seu dever de diligência, realizou reunião presencial com as instituições acionistas no início do mês de dezembro/2015, tendo apresentado estudo sobre o contexto atual do projeto e cenários estratégicos alternativos, considerando, sobretudo, a limitação de recursos de caixa existente. Naquela oportunidade, considerando a imprevisibilidade sobre a obtenção de êxito na aprovação de um Plano de Reestruturação, a Diretoria deu ciência que iria promover uma significativa redução de custos administrativos, de forma a manter a Cia. com um quadro mínimo de pessoal, porém que ainda lhe permitisse a persecução de uma solução para o projeto. Nesse sentido, após uma primeira redução de quadro implementada em setembro/2015, a Cia. efetuou significativo corte de pessoal, estando atualmente com 18 colaboradores e 4 membros na Diretoria Executiva. Naquela oportunidade, foi acordado o imediato encaminhamento à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas de uma intervenção estratégica e imediata na Cia., fórum este que vem se reunindo sucessivamente para esse fim desde 21.01.2016. Com relação às tratativas com a Petrobras, desde 30.11.2015 não houve novos agendamentos para continuidade das discussões sobre o Plano de Reestruturação, até que, em 17.02.2016, a Petrobras sinalizou a possibilidade de reabertura das conversações, considerando alterações ao cenário discutido anteriormente na Comissão de Negociação. Nesse novo momento negocial, a Sete Brasil contratou em fevereiro de 2016, a assessoria da Alvarez & Marsal, consultoria especializada em recuperação de empresas, a fim de agregar maior expertise na tentativa de busca de uma solução de continuidade para o projeto da Sete Brasil. O escopo de seu trabalho inclui: (i) realização de diagnóstico para definir um plano de reestruturação de passivos e de viabilização da Cia.; (ii) atuação nas negociações com stakeholders; (iii) implementação do Plano; e (iv) levantamento de novos recursos. Conforme deliberação da Assembleia Geral de Acionistas de 20.04.2015, a Cia. protocolou pedido de Recuperação Judicial, cujo deferido foi publicado em 15.06.2016, devendo ser apresentado em juízo um Plano de Recuperação até o dia 12.08.2016. Com o deferimento da recuperação judicial (Nota 22 b)), esse trabalho de reestruturação passa a ocorrer em uma ambiência de Recuperação Judicial. Em paralelo, por meio de correspondência, datada de 31/03/2016, a Petrobras convidou a Sete Brasil a dar início a um procedimento de mediação extrajudicial, regulado pela Lei Federal nº 13.140, de 26/06/2015, com o objetivo de buscar o entendimento das partes envolvidas sobre as alternativas capazes de viabilizar uma reestruturação para o Projeto Sondas. Em relação ao processo de Recuperação Judicial ("RJ") da Cia., este não representa obstáculo ao processo de mediação proposto, podendo ambos procedimentos serem seguidos de forma concomitante. Considerando que o que se busca no âmbito do procedimento de mediação é a elaboração de um Plano de Recuperação ao Projeto da Sete Brasil, este poderá ser o Plano da Cia a ser apresentado no âmbito da RJ. Nesse sentido, foi recentemente contratado para atuar como mediador, o Sr. Luiz Leonardo Cantidiano. **2 – Status da construção das sondas do projeto:** • Ativos com evolução física menor que 5% - 15 unidades. As sondas: Leblon, Leme, Marambaia, Joatinga, Mangaratiba, Botinas, Boipeba, Interlagos, Itapema, Comandatuba, Itaunas, Siri, Sahy, Curumim e Salinas, não apresentam evolução física considerável de construção e comissionamento e apenas suas fases de projeto foram concluídos. O valor justo desses ativos líquido dos custos de venda foi determinado como igual a R\$ 0. • Ativos com evolução física entre 5% a 50% - 8 unidades Sondas com progresso na construção e comissionamento, com seus projetos concluídos e uma significativa encomenda de equipamentos (procurement). Sem a expectativa de seguir adiante com estas obras, no estágio atual, o valor justo para estes ativos, líquido das despesas, é baseado na venda dos equipamentos já recebidos e dos que estão de posse dos fornecedores; adicionado do valor de sucata geral do aço, aplicados na obra, com base nos preços do Extremo Oriente. • Ativos com evolução física entre 50% a 80% - 4 unidades. Sondas com progresso relevante na construção e comissionamento, com projetos concluídos, aquisição de equipamentos (ex.: equipamento de perfuração, propulsores, motores e geradores) e fases de construção dos b.l.s concluídas. Como o estágio das obras é avançado, o valor justo destes ativos, líquidos dos custos de venda, é baseado na venda do ativo no estado atual, descontados dos custos de investimentos a serem aplicados nas obras, das perdas por atrasos no projeto, custo de preservação e equipamentos com garantias perdidas. • Ativos com evolução física maiores que 80% - 2 unidades. Sondas em fase de finalização, com progresso relevante na montagem, construção e comissionamento, com projetos e aquisição de equipamentos concluídos. Como o estágio é de conclusão das obras, o valor justo destes ativos, líquidos das despesas, é baseado na venda do ativo no estado atual, descontados dos custos de investimentos a serem aplicados nas obras, das perdas por atrasos no projeto, custo de preservação e equipamentos com garantias perdidas. **3 – Considerações sobre os atos de gestão da atual Administração:** A atual composição da Diretoria Executiva da Cia. está à frente da Administração desde 2014, tendo, tão logo assumido a gestão em maio/2014, efetuado diagnóstico sobre a situação geral da Sete Brasil, contratando para elaboração desse trabalho o escritório de advocacia Villemor Amaral. O resultado desse diagnóstico foi compartilhado com o Conselho de Administração em sua reunião de 24.06.2014 e, na sequência, com os acionistas da Cia., sendo desde então objeto de permanente atualização junto a esses fóruns, com disponibilização de extenso material de apresentação e comunicados formais por meio de correspondências da Diretoria. A sequência dessas comunicações e reuniões procurou, com total transparência, deixar clara a situação da Cia., evidenciando problemas estruturais do Projeto, que remontam ao *Business Plan*, onde foram adotadas premissas operacionais e financeiras bastante otimistas; custos altamente onerosos de gerenciamento das obras; e subestimada a complexidade do modelo de negócio da Sete Brasil. Tais premissas, quando refletidas de forma mais realista, resultam em impactos negativos no retorno do investimento. Acrescente-se a isso o fato de que os acordos de acionistas firmados com os sócios das SPE distribuem poderes entre as partes de forma desproporcional às suas respectivas representatividades financeiras no investimento, permitindo vetos e entraves na tomada de decisões relevantes e estratégicas do negócio, em clara situação de conflito de interesse do acionista minoritário com sua posição de operador das sondas. Nos 4 primeiros meses à fren-

te da Cia., a atual Diretoria adotou medidas que resultaram em: (i) reforço na estrutura interna das áreas de engenharia e operação, inclusive com a criação de uma Diretoria de Engenharia; (ii) intensificação e desenvolvimento das negociações para consecução dos contratos operacionais com os operadores; e (iii) enorme esforço junto aos credores para a convergência das condições do financiamento de LP em termos aceitáveis, considerando as supracitadas restrições impostas pelas regras dos acordos de acionistas firmados nas SPE. Importante lembrar que todo esse esforço empreendido ocorreu simultaneamente ao enorme desafio de prover recursos para o curto prazo naquele período, de forma a permitir que a Cia. honrasse com seus compromissos financeiros junto aos estaleiros até onde foi possível isso se viabilizar. Conforme já mencionado na primeira parte do presente relatório, a deflagração da "Operação Lava Jato" e o envolvimento do ex-Diretor de Operações da Cia., Pedro José Barusco Filho, confirmado em depoimentos prestados no âmbito do acordo de colaboração premiada, em novembro de 2014, provocaram retração no mercado financiador, o que resultou na interrupção, desde então, do pagamento aos estaleiros, pela ausência de novas fontes de crédito de curto prazo e pelo adiamento da contratação dos financiamentos de LP, decorrente de novas exigências apresentadas àquela época pelos financiadores. Em razão de tal fato, naquele momento, na qualidade de Diretor-Presidente da Sete Brasil, enviei carta aos membros do Conselho de Administração, datada do dia 21/11/2014, comunicando as medidas adotadas pela administração da Cia. Foi esclarecido que, com o objetivo de apurar quaisquer irregularidades ocorridas nos processos envolvendo estaleiros, operadores e fornecedores, visando não somente dar transparência aos processos da Cia., como também fornecer legitimidade a todos os investidores e financiadores do projeto, a Diretoria Executiva determinou, antes de qualquer solicitação de terceiros, o início de um processo de auditoria e investigação sobre todos os documentos e contratos relacionados ao projeto sondas desde a criação da Sete Brasil, em dezembro de 2010. As ações tomadas pela Cia. englobaram: (i) contratação dos assessores jurídicos externos Veirano Advogados e Clifford Chance, como escritórios jurídicos independentes, com objetivo de avaliar, sob a perspectiva das leis brasileira e de NY: (i.a) a legalidade dos procedimentos licitatórios promovidos pela Petrobras para a validação dos contratos de construção das sondas (EPC), afretamento e serviços de operação das sondas; (i.b) a validade jurídica dos contratos de EPC, afretamento, serviços e dos contratos de fiscalização da construção (CMA); (ii) contratação do assessor jurídico Veirano, Advogados (área de *forensics*) para efetuar investigação em correspondências e arquivos eletrônicos, abrangendo a antiga e também a atual Diretoria da Cia., com objetivo de identificar informações sobre atos ilícitos ou irregulares cometidos pela antiga Administração, bem como fatos e circunstâncias correlatas que tivessem impacto material sobre os negócios; (iii) contratação da consultoria e assessoria independente KPMG, mais especificamente sua área de forensics, com objetivo de realizar uma avaliação abrangente do cumprimento dos contratos de EPC desde o início das obras até o final daquele corrente ano (2014); (iv) contratação de auditoria técnica independente conduzida pela empresa GL *Noble Denton*, empresa especializada em avaliação de plataformas, para avaliar o custo e cronograma de pagamentos dos EPC contratados, frente às práticas deste mercado, a nível mundial, considerando as especificidades técnicas e das normas brasileiras de conteúdo local; e (v) contratação da empresa *Kroll Associates Brasil Ltda.* para conduzir investigação sobre o processo de contratação de seguros da Cia. para os ativos em construção. Os resultados das investigações acima levaram a Administração da Cia. a concluir que todos os contratos operacionais vigentes do Projeto foram pactuados observando os termos e condições usualmente praticados pelo mercado neste tipo de operação. Não foi apontada qualquer violação às leis que regulamentam tais contratos. Em relação ao trabalho de investigação sobre o processo de contratação de seguros *Builder's All Risks* – (BAR) da Cia., foram identificados indícios de eventuais irregularidades, em razão do pagamento de valores acima da prática de mercado, a título de comissão de intermediação. Diante dessa constatação, a Cia. apresentou representação junto ao Ministério Público Federal, com o objetivo de que sejam apurados eventuais crimes cometidos nas negociações de contratações de seguros BAR pela antiga Administração. O Ministério Público Federal requisitou formalmente a instauração de inquérito policial junto à Polícia Federal para a cabal apuração dos fatos, tendo sido o Inquérito instaurado em janeiro/2016. Relevante mencionar que após a publicidade do Termo de Colaboração Premiada do ex-diretor Sr. Pedro Barusco, no âmbito da Operação Lava-Jato da Polícia Federal, a Cia. e seus acionistas tomaram conhecimento da prática de atos ilícitos cometidos por alguns ex-Diretores da Cia., no exercício de seus cargos, por meio de um esquema de recebimento de propina por parte dos estaleiros responsáveis pela construção das 29 sondas. Em função de tais revelações, como já dito anteriormente, o BNDES, principal financiador do Projeto, interrompeu as negociações finais para concessão do financiamento de LP e os credores de curto prazo não aprovaram a extensão das suas dívidas, o que levou o grupo Sete ao atual estado de inadimplência. Diante dos prejuízos sofridos pela Cia. em razão dos atos ilícitos cometidos por seus ex-Diretores, ainda que em uma relação direta dos mesmos com os estaleiros, fora do âmbito dos contratos da Sete Brasil, a mesma ajuizou ações de responsabilidade civil contra tais administradores, com fundamento no art. 154, §3º da Lei das S.As, com o intuito de buscar o ressarcimento pelos danos causados. Considerando que a atual Diretoria Executiva da Sete Brasil não tolera quaisquer práticas de negócio ilegais por parte de seus colaboradores, independentemente das investigações relacionadas à Operação Lava Jato, a Cia. elaborou e implementou ao longo de seu mandato, um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, devidamente documentadas em Atas da Diretoria e do Conselho de Administração, que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções que cristalizam essas ações nas práticas da Cia. Como resultado desses esforços, a Cia. desenvolveu iniciativas no sentido de melhoria do seu sistema de governança corporativa, a seguir descritas: (i) suspensão imediata de todos os contratos de Patrocínio firmados pela antiga Administração, tendo elaborado procedimento no sentido de definir critérios para futuras concessão de benefícios dessa natureza; (ii) cancelamento do contrato de afretamento de aeronave, o qual dispunha de condição de pagamento mensal fixo, a despeito da utilização dos serviços; (iii) integração das áreas de Riscos e Controles Internos, a fim de se identificar e avaliar os riscos operacionais e corporativos, buscando maior sinergia na análise e na implementação dos controles; (iv) revisão do processo de Suprimentos, com o reforço dos critérios de aprovação das contratações e criação de células de compras independentes; (v) o Código de Ética foi revisito e relançado, sendo esta nova versão divulgada rotineiramente em conjunto com a realização de ações de treinamento sobre pontos importantes do seu conteúdo. São reforçadas ações junto aos colaboradores sobre a importância do atendimento à ética e às melhores práticas de gestão, através do fortalecimento da cultura da organização em termos de controles internos e *compliance*; (vi) a partir de janeiro de 2015, fortaleceu-se o processo independente de Ouvidoria, que contempla o Canal de Denúncias, importante ferramenta contra fraudes e irregularidades dentro da Cia., que desde então passou a ser conduzido de forma independente pela empresa de auditoria independente – KPMG; (vii) mapeamento dos processos operacionais e estabelecido ciclos periódicos de revisão dos diversos processos de negócios; (viii) implantada a rotina de se firmar documento com os fornecedores, demonstrando que não há vínculo com funcionários da Cia.; (ix) elaboração de Diretrizes de Alçadas e Limites, com segregação das funções de execução e aprovação; (x) revisão dos processos internos relativos à contratação de Seguros pela Cia., passando o assunto para o escopo e responsabilidade da Diretoria Financeira, conduzido por profissional especializado no assunto; e (xi) estabelecimento de rotina de palestras corporativas e ações de comunicação interna com enfoque no fortalecimento junto ao corpo funcional dos valores de transparência e, entre outras ações empreendidas ao longo do ano. **3.3. Avaliações sobre ajuste do ativo imobilizado:** Com os constantes atrasos e dificuldades no desenvolvimento de um plano de recuperação, considerando também o cenário de baixa nos preços do petróleo e a consequente desaceleração dos investimentos no setor de óleo e gás, atualmente não é possível assegurar a continuidade destas unidades, uma vez que dificilmente serão concluídas dentro do custo e prazo originalmente planejado, conforme sinalização dos principais fornecedores e o curso da negociação com o seu principal cliente, além das dificuldades de financiabilidade do projeto, principal motivador para reestruturar o plano de investimentos. Dadas as incertezas sobre a continuidade do projeto e os efeitos adversos do setor em que a Cia. atua, contratou-se uma avaliação dos ativos por uma consultoria independente de reconhecimento internacional. A base desta avaliação é o valor de venda de cada ativo, líquido das despesas/custos vinculadas a esta venda. A abordagem utilizada na determinação do valor justo menos as despesas com alienação foi baseada na combinação: (i) referências de dados históricos para preços pagos em operações de vendas de ativos similares com ajustes, quando aplicável, considerando as influências de tempo, localização e características específicas de cada ativo em questão; e (ii) a estimativa de custo considera a atual circunstância de mercado para reconstruir a unidade inteira, em que baseia-se no princípio da substituição, isto é, o valor dos ativos a serem avaliados é indicado pelo custo de se reproduzir uma propriedade idêntica, aplicando-se um fator de desconto com base nos respectivos estágios dos ativos, se necessário. Os elementos de custo de construção incluem mão de obra, engenharia, material, gerenciamento de projetos e custos indiretos tais como transporte, instalação e comissionamento. O mercado de equipamentos está deprimido desde o 3º trimestre de 2014 juntamente com o declínio dos preços do petróleo; os investimentos no setor diminuíram, acarretando enfraquecimento na produção de ativos; e redução dos preços, agravada com o acúmulo de estoques de peças e ativos ociosos. Ainda que o preço do petróleo ultimamente tenha tido alguma recuperação, o que é uma tendência para 2017, este efeito não impacta, de imediato, na recuperação do mercado de equipamentos, por conta do excesso de oferta de sondas (de qualquer tipo) no mercado. Isto significa que a recuperação do mercado de equipamentos deve ser adiada, não havendo expectativa positiva até o final de 2018 ou mesmo início de 2019. Até então, sem novos contratos de perfuração introduzidos no mercado, a demanda de equipamentos no mercado secundário de sondas fica deprimida. Nos últimos 5 anos, a taxa de utilização mundial caiu de 90% em 2011 para cerca de 55% nos dias atuais. No Brasil, há cerca de 25 sondas de águas ultra profundas operando, o que corresponde à taxa de utilização de 65%. A diminuição da utilização dessa sondas no Brasil é uma combinação da situação financeira da Petrobras e do mercado de petróleo e gás atual. Considerando estas inúmeras dificuldades de seguir adiante com a construção destes ativos, principalmente daqueles em estágio inicial das obras, registrou-se a provisão para perda de aproximadamente R\$ 33,9 bilhões, a qual reflete os impactos econômicos na atual recuperabilidade destas unidades. Mesmo assim, a Cia. entende que estas provisões poderão ser revertidas, tão logo encontrada uma alternativa que atenda aos interesses de todos os *stakeholders* envolvidos, conjugada à retomada do curso normal de demanda para o setor de óleo e gás. Na oportunidade, reafirmo o compromisso da atual equipe de gestão da Sete Brasil, sob minha responsabilidade enquanto Diretor-Presidente, de permanecermos engajados e comprometidos na tentativa de viabilizar uma solução que hoje permita a continuidade dos negócios da Cia., minimizando assim os impactos de relevantes perdas já consolidadas por seus investidores, financiadores e demais participantes desse enorme Projeto. RJ, 21/07/2016.

Luiz Eduardo Guimarães Carneiro - Diretor Presidente.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	105.720	51.642	195.760	412.416
Fundos restritos	7	-	-	-	4.172
Despesas antecipadas	8	7.964	-	223.013	-
Tributos a recuperar		5.068	21.425	5.180	21.507
Adiantamentos diversos		368	594	370	594
Partes relacionadas	19(c,e)	1.752.716	-	11.091	-
Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN	9	-	-	56.859	-
		1.871.836	73.661	492.273	438.689
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas	8	-	9.040	-	313.773
Partes relacionadas	19(c,e)	-	1.579.012	-	7.689
Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN	9	-	-	-	55.893
		-	1.588.052	-	377.355
		-	8.397.331	-	-
Investimentos	10	-	-	-	-
Imobilizado	12	3.947	6.191	488.142	23.330.582
Intangível	11	2.379	4.213	2.379	4.213
		6.326	8.407.735	490.521	23.334.795
		6.326	9.995.787	490.521	23.712.150
Total do ativo		1.878.162	10.069.448	982.794	24.150.839
Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Despesas administrativas	17 (a)	(121.117)	(127.402)	(357.667)	(144.515)
Participação nos resultados de controladas	10	(25.870.167)	802.409	-	-
Provisão para perda de recuperabilidade (<i>impairment</i>)	12	-	-	(33.961.445)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	17 (b)	(168)	(1.833)	(505.761)	(3.211)
Lucro (prejuízo) operacional		(25.991.452)	673.174	(34.824.873)	(147.726)
Receitas financeiras	18	197.248	164.498	24.083	34.554
Despesas financeiras	18	(231.703)	(17.057)	(1.055.449)	(33.930)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	18	(2.203)	2	4.508.756	866.319
Resultado financeiro, líquido		(36.658)	147.443	3.477.390	866.943
Lucro (prejuízo) do exercício		(26.028.110)	820.617	(31.347.483)	719.217
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(26.028.110)	820.617
Participação dos não controladores				(5.319.373)	(101.400)
				(31.347.483)	719.217
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Passivo e (passivo a descoberto) patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	13	3.023	8.608	6.128.904	2.418.425
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	14.597.164	11.201.552
Debêntures	15	2.825.412	2.376.130	2.825.412	2.376.130
Provisão para perda de investimentos	10	20.402.971	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14	28.103	25.209	29.419	25.209
Partes relacionadas	19(f)	-	-	107.958	-
Obrigações fiscais		2.632	481	3.240	504
		23.262.141	2.410.428	23.692.097	16.021.820
Não circulante					
Fornecedores e outras a pagar	13	-	-	-	181.544
Total do passivo		23.262.141	2.410.428	23.692.097	16.203.364
(Passivo a descoberto) patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	16(a)	8.251.500	6.368.500	8.251.500	6.368.500
Gastos com emissões de ações	16(a)	(56.994)	(56.994)	(56.994)	(56.994)
Reservas de lucros	16(b)	-	930.359	-	930.359
Ajuste de avaliação patrimonial	16(c)	(4.480.734)	417.155	(4.480.734)	417.155
Prejuízo acumulado	16(e)	(25.097.751)	-	(25.097.751)	-
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		(21.383.979)	7.659.020	(21.383.979)	7.659.020
Participação acionistas não controladores		-	-	(1.325.324)	288.455
Total patrimônio líquido		(21.383.979)	7.659.020	(22.709.303)	7.947.475
Total do passivo e do (passivo a descoberto) patrimônio líquido		1.878.162	10.069.448	982.794	24.150.839
Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Resultado do exercício		(26.028.110)	820.617	(31.347.483)	719.217
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Variação cambial de investidas localizadas no exterior		(1.022.198)	256.694	(1.171.546)	308.024
Ganho (perda) em ativos disponíveis para venda		(18.309)	4.059	(21.780)	4.830
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.944.280)	(434)	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(31.012.897)	1.080.936	(32.540.809)	1.032.071
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(31.012.897)	1.080.935
Participação dos não controladores				(1.527.912)	(48.864)
				(32.540.809)	1.032.071

Sete Brasil Participações S.A.

Em Recuperação Judicial | Companhia Fechada | CNPJ/MF 13.127.015/0001-67

Fluxos de caixa das atividades operacionais					Atividade aos acionistas da Controladora						
Resultado do exercício	2015	2014	2015	2014	Capital social	Gasto com emissões de ações	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Ajustes de	(26.028.110)	820.617	(31.347.483)	719.217							
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	3.973	4.098	3.973	4.098							
Resultado de participação societária (Nota 10)	25.870.167	(802.409)	-	-							
Juros de empréstimos (Nota 18)	45.688	(132.388)	879.485	-							
Despesa com amortização de seguros	-	-	41.032	-							
Baixa de ativos por alienação (Nota 12)	135	-	135	-							
Provisão de recuperabilidade dos ativos (Nota 12)	-	-	33.961.445	-							
Variação cambial e monetária, líquida (Nota 18)	2.203	(2)	(4.508.756)	(866.319)							
	(105.944)	(110.084)	(970.169)	(143.004)							
Variações nos ativos e passivos											
Redução (aumento) em tributos a recuperar	16.357	(2.460)	16.327	(12.642)							
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	226	(23)	224	(23)							
Redução (aumento) em despesas antecipadas	1.076	-	3.575	(104.775)							
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(7.787)	1.107	866.100	50.952							
Aumento (redução) em obrigações fiscais	2.152	61	2.737	83							
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas e sociais	2.894	6.207	4.210	6.207							
Aumento (redução) em outros passivos	-	128	-	129							
Juros de empréstimos pagos	-	-	(42.006)	(308.858)							
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(91.026)	(105.064)	(119.001)	(511.931)							
Fluxos de caixa das atividades de investimentos											
Aquisição de ativo imobilizado	(5)	(349)	(4)	(5.434.120)							
Aquisição de ativo intangível	(26)	(1.367)	(26)	(1.367)							
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	475.858	4.172	471.686							
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	-	(282)	(2.815)							
Investimentos no FGCN	-	-	(966)	(9.679)							
Aporte de capital em subsidiárias	(1.737.865)	(4.353.983)	-	-							
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(1.737.896)	(3.879.841)	2.894	(4.976.295)							
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos											
Captação de empréstimos	-	(1)	(21.714)	3.023.921							
Pagamento de empréstimos	-	-	(1.920.969)	(1.848.101)							
Aumento de capital acionistas controladores	1.883.000	3.839.000	1.883.000	3.839.000							
Aumento de capital acionistas não controladores	-	-	1.031	117.851							
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de Financiamento	1.883.000	3.838.999	(58.651)	5.132.671							
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	54.078	(145.906)	(174.758)	(355.555)							
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.642	197.548	412.416	1.002.476							
Efeito das variações de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	-	-	(41.898)	(234.505)							
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105.720	51.642	195.760	412.416							

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2015 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																							
1. Informações gerais: A Sete Brasil Participações S.A. ("Cia." ou "Sete Brasil") é uma S.A. de capital fechado constituída em 22/12/10 com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Cia. e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria												nais, em que, por exemplo, a Sete Brasil seria a única operadora das sondas, além de incluir novas condições do ponto de vista comercial e societário para aprovação das. Os custos associados aos empréstimos foram capitalizados pelo Grupo a partir de 30/06/2015. A partir dessa data, não houve evolução física significativa na construção dos ativos e, portanto, a capitalização dos custos foi interrompida. 2.2 Consoli- dação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demons-											

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/2015 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Sete Brasil Participações S.A. ("Cia." ou "Sete Brasil") é uma S.A. de capital fechado constituída em 22/12/10 com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Cia. e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas. O objetivo da Cia. é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Cia. está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação. Os acionistas da Cia. são: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 5% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Sondas - FIP Sondas, que detém 95% de participação. O FIP Sondas possui como quotistas os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Funcef - Fundação dos Economistas Federais e Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, os bancos BTG Pactual S.A. e Santander - Banco Santander S.A., Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, representado por meio de seu gestor o Banco Bradesco BBI S.A., o fundo de private equity americano EIG, a empresa de investimentos americana Luce Venture Capital, e o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, além da própria Petrobras. Em 31/12/2015, a Cia. apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 23.200 milhões (31/12/2014 - R\$ 15.583 milhões), os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos e não liquidados no montante de R\$ 14.597, além das debêntures exigidas no curto prazo pelo montante de R\$ 2.852 milhões (2014 - 2.376 milhões), em decorrência da Cia. não estar em conformidade com determinados convenants constantes na escritura das referidas debêntures. De acordo com a estratégia da Cia., as obrigações de curto prazo existentes em 31/12/2015 relacionadas às dívidas com os estaleiros e os financiamentos de curto prazo serão renegociadas no âmbito de um novo plano de reestruturação, ora em desenvolvimento em conjunto com todos os *stakeholders*. A apresentação e conclusão desse plano depende de negociações junto aos credores, acionistas, operadores e seu principal e único cliente, a Petrobras. Portanto, caso não obtenha sucesso nas referidas negociações, os únicos recursos disponíveis para liquidação dos passivos poderão advir por meio de eventual rito legal de realização de seus ativos. Conforme mencionado na Nota 22b), em AGE datada de 20/04/2016, os acionistas da Cia. aprovaram a apresentação do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo. Em 15/06/2016, foi publicado o deferido do processamento da recuperação judicial das empresas brasileiras do Grupo Sete Brasil, conforme descrito na Nota 22.b. Esta medida tem como objetivo apresentar uma alternativa para solução do projeto em conjunto com todos os *stakeholders* envolvidos. Portanto, considerando essa situação e, ainda, conforme histórico exposto a seguir, a alta complexidade das negociações para a estruturação de um novo plano de negócio que atenda aos interesses de todos envolvidos e a severa restrição de caixa e fontes de financiamento disponíveis, a administração considera que o mais apropriado neste momento é a preparação dessas demonstrações financeiras com base no pressuposto de liquidação, uma vez que não há como assegurar a continuidade operacional do grupo no atual cenário. Com isso, a administração da Cia. contratou uma firma internacionalmente reconhecida para elaborar um laudo de avaliação do valor de mercado dos ativos e, consequentemente, suportar o valor de recuperabilidade de cada ativo (vide nota 12 a)). Com os constantes atrasos na aprovação de um plano de reestruturação viável, as iniciativas de financiamentos de Longo Prazo junto às instituições Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o Fundo da Marinha Mercante - FMM foram, por ora, suspensas, dado o decurso do prazo e ao não atendimento das condições precedentes. Portanto, somente após a Cia. ter concluído a reavaliação da estratégia e engenharia financeira considerando as condições atuais de mercado e premissas de um novo plano de reestruturação devidamente formalizado e aprovado por todos os *stakeholders*, serão retomadas as negociações para captação de recursos de LP. **Histórico do projeto e negociações de viabilidade:** A concepção do "Projeto Sondas do Pré-Sal" pela Petrobras, teve sempre o BNDES como peça fundamental no financiamento de todo o conteúdo local das 28 unidades que estão suportadas por contrato de afretamento, assinado com a Petrobras por período médio de 15 anos. Em Julho de 2010, a Diretoria do BNDES aprovou um pacote de termos e condições para a construção de sondas de perfuração licitadas pela Petrobras, inclusive financiamento na modalidade direta. Em dezembro de 2013 a Diretoria do banco aprovou o financiamento para as nove primeiras a serem entregues. Dada a complexidade do financiamento e número de partes envolvidas, a negociação dessas condições consumiu mais tempo do que originalmente esperado e, em dezembro de 2014, o BNDES submeteu a aprovação do financiamento novamente à sua Diretoria, que alterou algumas condições, principalmente as relacionadas ao grau de alavancagem, custo e, no contexto mais amplo da Operação Lava-Jato, também foram alteradas condições precedentes relacionadas a *compliance*, muitas delas de laboriosa e intrincada execução. Em 4/02/2015, a Cia., apesar de todos os óbices e adversidades, havia atendido a todas as condições precedentes de contratação das operações financeiras junto ao BNDES, estando, naquele momento, pronta e credenciada para assinaratura dos contratos com os bancos e obtenção do financiamento de Longo Prazo para o primeiro grupo de nove sondas. Naquele contexto, em continuidade ao processo da "Lava Jato" conduzido pela Polícia federal, houve a divulgação dos termos contidos no acordo de colaboração premiada do Sr. Pedro Barusco, em que este apontava o envolvimento de antigos executivos da Sete Brasil em um alegado "esquema" de combinação do pagamento de 1% de propina sobre os valores dos contratos de construção das sondas firmados com os estaleiros, inviabilizando-se, naquele momento, a contratação do financiamento junto ao BNDES e demais credores. Devido à necessidade de *funding* significativo para fazer frente ao fluxo de pagamento aos estaleiros e com os atrasos na contratação e desembolso dos recursos de LP, conforme mencionado acima, a Cia. utilizou todo o capital disponível e o limite de crédito dos bancos de relacionamento na obtenção de linhas de curto prazo (Nota 15). Além dos requisitos de financiamento, o modelo de negócio da Sete Brasil contemplava parcerias estratégicas com operadores nacionais e internacionais, que ao longo do tempo se mostrou ineficiente, dado o baixo grau de alinhamento de interesses com os dois acionistas da Cia., o que também interferiu negativamente nas negociações e desenvolvimento do projeto conforme originalmente concebido. Diante deste cenário de profundos desafios e da impossibilidade em se concluir a captação do financiamento de Longo Prazo como inicialmente idealizado, a Diretoria da Sete Brasil iniciou negociações com os atuais credores, fornecedores e parceiros comerciais, de modo a viabilizar uma solução para a continuidade do projeto de construção e afretamento de sondas. Em contrapartida à colaboração destes credores e demais fornecedores, a Cia. assumiu o compromisso de desenvolver um Plano de Reestruturação que visasse superar o momento de retração de crédito, por meio da adequação do seu plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado, com plano de investimento, permitindo reestruturação de seu passivo e normalização das obras, conforme sumariado a seguir: **Plano de reestruturação inicial:** Em 26/05/2015, atendendo ao compromisso assumido com os credores, a Cia. apresentou a primeira versão de seu Plano de Reestruturação, alinhado com as premissas previamente acordadas com seus acionistas e tendo como principal meta equacionar os interesses de todos os envolvidos, conforme abaixo: **Objetivos Estratégicos:** • Reduzir riscos de financiamento, construção, operação e execução do projeto, por meio da diminuição do número de variáveis e *stakeholders* envolvidos, além da simplificação de sua estrutura; • Garantir a financiabilidade de um projeto redimensionado,

Sete Brasil Participações S.A.

Em Recuperação Judicial | Companhia Fechada | CNPJ/MF 13.127.015/0001-67

ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. Impairment de ativos financeiros: a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantir ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **b) Ativos classificados como disponíveis para venda:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado. **2.7. Ativos intangíveis: a) Licenças de construção de sondas:** As licenças adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. Posteriormente, estas licenças são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de quatro anos, a partir do início da construção das sondas. **b) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo contratual do aluguel dos imóveis a que se referem, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros (média)	5
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Vide Nota 12.a para informações em relação a determinação do valor de liquidação dos ativos de exploração de petróleo em construção. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas / Despesas Operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 2.9. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de <i>impairment</i> . Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do <i>impairment</i> , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC). Com base no cenário descrito na Nota 1, a Administração reconheceu a provisão por <i>impairment</i> de todos seus ativos em construção utilizando como referência o laudo de avaliação preparado por especialistas externos. Vide detalhes na Nota 12.a. 2.10. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, adicionadas das despesas com juros e multa pelo atraso nos pagamento quando aplicável e sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Em 31/12/2015, dado o cenário descrito na Nota 1, todas obrigações foram registradas no circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. 2.11. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Em 31/12/2015, dado o cenário descrito na Nota 1, todas obrigações foram registradas no circulante. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.12. Provisões: As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado. Para a solução dessa obrigação é necessário que seja provável uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.13. IR e contribuição social corrente e diferido: As despesas de IR e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O reconhecimento do imposto diferido é efetuado usando-se o método do passivo, baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Considerando o cenário descrito na Nota 1, não foram reconhecidos pela Cia. o IR e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias. 2.14. Benefícios a empregados: O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus de performance com base em metodologia que leva em conta o atingimento das metas de acordo com as diretrizes dos acionistas da Cia. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (<i>constructive obligation</i>).	

obligation). **2.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados diretamente como dedução do patrimônio. Tais custos são apropriados no patrimônio líquido proporcionalmente ao volume aportado e enquanto não captado, são mantidos na rubrica de despesas antecipadas. **2.16. Reconhecimento da receita: a) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um recebível, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao recebível, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do recebível. **b) Resultado de equivalência patrimonial - Controladora:** A equivalência patrimonial refere-se ao reconhecimento, no resultado da Cia., da proporção correspondente à sua participação nos resultados da investida. **2.17. Arrendamentos:** Como mencionado na Nota 1, o Grupo foi criado com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. Estes ativos serão utilizados para prestação de serviços de perfuração em águas ultraprofundas com base em contratos de arrendamento de Longo Prazo com clientes do Grupo. Os arrendamentos nos quais o Grupo é o arrendador e detém uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os recebimentos efetuados por conta de arrendamentos operacionais serão reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Cia. é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Cia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.19. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º/01/2018. IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º/01/2018 e substitui a IAS11 – "Contratos de Construção", IAS28 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. IFRS 16 – "Arrendamento Mercantil" – emitido em 13/01/2016, O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. Este pronunciamento passa a vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. No exercício de 2015, em conexão com os assuntos descritos na Nota 1, foi reconhecida provisão para perda dos ativos em construção e investimentos da Cia. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de liquidação. **a) IR, contribuição social e outros impostos:** O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de créditos de IR sobre prejuízos fiscais para os quais ainda não é possível determinar se existirão resultados tributáveis futuros em volume suficiente para compensar tais créditos. Em 31/12/2015, estes créditos de IR provisionados montam a R\$ 963.622 (R\$ 590.106 em 31/12/2014). **b) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade:** O Grupo classifica os contratos de afretamento como arrendamentos operacionais, uma vez que a maior parcela dos riscos e benefícios de propriedade continua com o Grupo durante o período dos contratos. Desta forma, os ativos são apresentados no balanço no grupo Ativo Imobilizado e a receita futura decorrente do afretamento destes ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Receita de Serviços Prestados, ao longo do prazo de duração dos contratos. A correspondente depreciação dos ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Cutos dos Serviços Prestados, com bases em taxas que levem em consideração a vida útil econômica dos ativos. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro: a) Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco. **b) Risco cambial:** É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, aos investimentos líquidos em controladas no exterior e aos financiamentos contratados denominados em dólar. **c) Risco de liquidez:** A Sete Brasil e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. Pelas razões apresentadas na Nota 1, dada a corrente restrição de caixa, a Administração vem promovendo significativas reduções de custos administrativos, de forma a manter a Cia. com um quadro mínimo de pessoal. Assim, atualmente a Cia. controla e utiliza seus recursos em caixa com o objetivo de honrar suas obrigações operacionais de modo a lhe permitir a persecução de uma solução para o projeto. **d) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade da Sete Brasil e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. **e) Risco de execução de garantias:** A Sete Brasil e suas controladas possuem obrigações de empréstimos-ponte vencidas e não liquidadas, estando assim exposta ao risco de execução de garantias nestas dívidas por parte de seus credores. Destaca-se, entretanto, que os credores financeiros têm participado ativamente nas discussões acerca do Plano de Reestruturação da Cia., enquanto a Cia. permanece em busca de solução de viabilidade ao projeto. **f) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos empréstimos e financiamentos obtidos pelo grupo quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, foi analisada pelo grupo e considerada como baixa. Não foram contratados instrumentos de proteção para cobrir esse risco. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital previa a salvaguarda da capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Conforme apresentado na Nota 1, a Cia. encontra-se com restrição de caixa em virtude dos atrasos e dificuldades de desenvolvimento de um novo plano de reestruturação e com isso controla seus recursos com o objetivo de honrar suas obrigações operacionais de modo a lhe permitir a persecução de uma solução para o projeto. Portanto a estrutura de capital de Longo Prazo originalmente prevista para o grupo de aproximadamente 20% de capital próprio e 80% de capital de terceiros não vem sendo atendida de acordo com os índices de alavancagem financeira assim resumários:

	Consolidado
	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	17.422.576
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(195.760)
Dívida líquida	17.226.816
Total do patrimônio líquido	(22.709.303)
Total do capital	(5.482.486)
Índice de alavancagem financeira - %	(314)
4.3. Estimativa do valor justo:	62

	Consolidado
	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	17.422.576
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(195.760)
Dívida líquida	17.226.816
Total do patrimônio líquido	(22.709.303)
Total do capital	(5.482.486)
Índice de alavancagem financeira - %	(314)

	Consolidado
	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	17.422.576
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(195.760)
Dívida líquida	17.226.816
Total do patrimônio líquido	(22.709.303)
Total do capital	(5.482.486)
Índice de alavancagem financeira - %	(314)

	Consolidado
	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	17.422.576
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(195.760)
Dívida líquida	17.226.816
Total do patrimônio líquido	(22.709.303)
Total do capital	(5.482.486)
Índice de alavancagem financeira - %	(314)

5. Instrumentos financeiros por categoria: 5.1 Classificação dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros do Grupo por categoria estão demonstrados conforme segue:

	Consolidado
	2015
31/12/2014	4.172
Ativos, conforme o balanço patrimonial	4.172
Fundos restritos	55.893
Fundo Garantidor da Construção Naval	412.416
Caixa e equivalentes de caixa	472.481
Outros passivos financeiros	2.629.592
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.204.294
Fornecedores e outras contas a pagar	2.629.592

	Consolidado
	2015
31/12/2014	11.091
Ativos, conforme o balanço patrimonial	11.091
Contas a receber com partes relacionadas	56.859
Fundo Garantidor da Construção Naval	195.760
Caixa e equivalentes de caixa	206.851
Outros passivos financeiros	263.710
Empréstimos e Recebíveis para venda	263.710

	Consolidado
	2015
31/12/2015	17.422.576
Passivos, conforme o balanço patrimonial	17.422.576
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.158.323
Fornecedores e outras contas a pagar	23.580.899
Outros passivos financeiros	23.580.899

5.2. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito de contrapartes:

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo	105.720	195.760
AAA (Fitch)	51.642	412.416
Títulos de dívida disponíveis para venda	105.720	195.760
brAAA (S&P)	51.642	412.416
Empréstimos para partes relacionadas	-	56.859
Grupo 2	-	56.859

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Recursos em banco e em caixa	10	122
Depósitos bancários de curto prazo	105.710	51.520
	105.720	51.642

Do montante de R\$ 195.760 de caixa e equivalentes de caixa apresentados no consolidado, R\$ 106.701 (R\$ 350.037 em 31/12/2014) estão denominados em dólar norte-americano, R\$ 87.572 (R\$ 3.406 em 31/12/2014) em euros e R\$ 1.487 (R\$ 58.973 em 31/12/2014) estão denominados em reais. Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a Certificadas de Depósitos Bancários ("CDBs"), que são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor. A remuneração média dos CDBs da Cia. é de 102,10% da variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI. **7. Fundos restritos:** A Cia., através de sua controlada indireta Joatinga, captou em setembro de 2014 recursos referentes ao empréstimo ponte 5 (Nota 15) e se comprometeu a manter em fundos restritos os recursos referentes aos juros a serem pagos no vencimento da dívida no montante US\$ 1.571 (equivalente a R\$ 4.172 em 31/12/2014). Em cumprimento a execução da garantia (Nota 15), o montante foi totalmente resgatado em 2015 para o pagamento dos juros da dívida junto ao credor *Standard Chartered*.

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Consultoria jurídica	7.964	-
Seguros de risco de construção (i)	-	215.049
Gastos com captação de dívida	-	85.609
Seguros de responsabilidade civil	-	1.901
	7.964	9.040
	(7.964)	(223.013)

Circulante
Não Circulante
(i) Seguros que tem por objetivo cobrir os riscos operacionais na construção de suas respectivas sondas de perfuração que totalizam 16 unidades asseguradas (Arpoador, Guaparári, Urca, Copacabana, Grumari, Frade, Ondina, Cassino, Camburi, Ipanema, Brachury, Leblon, Pituba, Itaoca, Curumim e Portogalo). O montante do prêmio pago totalizou aproximadamente US\$ 128, 5 milhões, equivalentes a R\$ 398,5 milhões no período findo em 31/12/2015 (31/12/2014 – totalizou US\$ 134,5 milhões, equivalente a R\$ 357,2 milhões). Da parcela referente ao período de utilização do seguro, totalizando US\$ 30,8 milhões, equivalentes a R\$ 102,16 milhões, US\$ 16,2 milhões equivalente a R\$ 46,1 milhões, foi capitalizada como parte integrante do custo das sondas (31/12/2014 – US\$ 48,6 milhões, equivalente a R\$ 129,1 milhões). A capitalização dos custos com seguros foi realizada até 30/06/2015. Após essa data as atividades de desenvolvimento e construção dos ativos foi suspensa e a capitalização dos custos cessou. **9. Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN):** O Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN) é um fundo privado, com patrimônio próprio dividido em cotas, responsável pela emissão de garantias para cobrir os riscos de créditos das operações de financiamento vinculados à construção de embarcações no mercado brasileiro, bem como o risco de cumprimento de contratos dos estaleiros brasileiros. Conforme regulamentação do fundo, os participantes devem adquirir a quantidade de cotas equivalentes a 1% de no máximo 50% do financiamento objeto da garantia através da emissão de carta fiança. As cotas poderão ser resgatadas após 5 anos de sua compra, desde que atendidas as seguintes condições: i) solvência do fundo; ii) liquidez dos ativos da carteira; e iii) extinção do risco de crédito garantido pelo FGCN. Em 31/12/2015, o Grupo detinha o montante de R\$ 56.859 aplicado em cotas do FGCN conforme quadro abaixo:

	Consolidado
	2015
Arpoador	4.897
Poibeira	1.098
Botinas	551
Brachury	915
Camburi	1.655
Cassino	2.463
Comandatuba	915
Copacabana	2.305
Curumim	1.704
Frade	1.116
Grumari	2.323
Guaparári	2.924
Interlagos	993
Ipanema	2.221
Itaoca	1.415
Itapema	902
Itaunas	2.587
Joatinga	2.629
Leblon	2.226
Leme	2.229
Mangaratiba	541
Marambaia	4.039
Ondina	3.187
Pituba	1.090
Portogalo	982
Sahy	1.440
Salinas	1.513
Siri	1.492
Urca	4.507
	56.859

	Controladora
	2015
Em 1º/01/2014	2.665.037
Aumento de capital em controladas	4.353.984
Participação no resultado de controladas	802.409
Ajuste acumulado de conversão	256.694
Ganho em ativos mantidos para venda	3.625
	8.081.749
Encargos financeiros apropriados (*)	315.582
Em 31/12/2014	8.397.331
Aumento de capital em controladas	1.737.865
Participação no resultado de controladas	(25.870.167)
Compra de participação societária em controladas indiretas (**)	86.898
Ajuste acumulado de conversão	(1.022.198)
Perda em ativos mantidos para venda	(18.309)
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.944.280)
	(20.632.860)
Encargos financeiros apropriados (*)	229.889
Provisão para perda de investimentos	20.402.971
Em 31/12/2015	-

(*) A Sete Brasil efetuou a captação de recursos financeiros sujeitos a juros (Nota 15), os quais são aplicados nas controladas indiretas para financiamento de seus projetos de construção das sondas. Os encargos financeiros desses recursos captados pela controladora e relacionados com as unidades em construção pelas SPes, são apresentados nesta rubrica. No balanço patrimonial consolidado, foram reclassificados para a rubrica obras em andamento, no imobilizado, cuja movimentação encontra-se representada na Nota 12. (**) Corresponde a compra de participação minoritárias das controladas indiretas Cassino, Curumim e Salinas, conforme descrito na Nota 19.f. Em 31/12/2015, a Cia. detinha as seguintes controladas diretas e indiretas:

	Percentual
	Participação direta nas ações ordinárias
	Participação total nas ações ordinárias
Nome	100%
Sete Investimentos 1	100%
Sete Investimentos 2	100%
Sete LUX Sari	100%
Sete LUX SCS	100%
Sete Netherlands	100%
Sete Netherlands 2	100%
Sete Holding GmbH	100%
Sete Fincos GmbH	100%
Sete International One GmbH	100%
Sete International Two GmbH	100%

Sete Brasil Participações S.A.

Em Recuperação Judicial | Companhia Fechada | CNPJ/MF 13.127.015/0001-67

Nome	País	Negócio	Percentual	
			Participação direta nas ações ordinárias	Participação total nas ações ordinárias
Arpoador Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas	85%	85%
Copacabana Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Grumari Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Ipanema Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Leblon Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Leme Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Marambaia Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Urca Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Guarapari Drilling B.V.	Holanda		80%	80%
Bracuhu Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Portogalo Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Mangaratiba Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Botinas Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Ondina Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Pituba Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Boipeba Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Interlagos Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Itapema Drilling B.V.	Holanda		75%	75%
Comandatuba Drilling B.V.	Holanda		75%	75%
Frade Drilling B.V.	Holanda		85%	85%
Camburi Drilling B.V.	Holanda		70%	70%
Itaoca Drilling B.V.	Holanda		80%	80%
Itaunas Drilling B.V.	Holanda		70%	70%
Siri Drilling B.V.	Holanda		80%	80%
Sahy Drilling B.V.	Holanda		70%	70%
Cassino Drilling B.V.	Holanda		100%	100%
Curumim Drilling B.V.	Holanda		100%	100%
Salinas Drilling B.V.	Holanda		100%	100%
Joatinga Drilling B.V.	Holanda		100%	100%

Segue abaixo as informações financeiras de de suas controladas diretas e indiretas:

	Ativo	Passivo	Resultado
Sete Investimentos 1	1.720.895	1.772.747	(51.852)
Sete Investimentos 2	5.847	23.636	(17.789)
Sete Lux Sarl	48	790	(742)
Sete Lux SCS	9.527	19.678	(10.151)
Sete Netherlands	1.715.727	1.742.206	(26.479)
Sete Netherlands 2	10.343	17.626	(7.283)
Sete Holding GmbH	63	25.057.587	(25.057.524)
Sete Finco GmbH	640	889	(249)
Sete International Two	114.813	3.436.261	(3.321.448)
Sete International GmbH	14.851.454	36.364.353	(21.512.899)
Arpoador Drilling B.V.	91.033	2.636.348	(2.545.315)
Copacabana Drilling B.V.	39.144	1.498.455	(1.459.311)
Grumari Drilling B.V.	33.898	1.391.160	(1.357.262)
Ipanema Drilling B.V.	26.372	1.011.781	(985.409)
Leblon Drilling B.V.	23.363	868.024	(844.661)
Leme Drilling B.V.	2.328	785.405	(783.077)
Marambaia Drilling B.V.	4.168	746.730	(742.562)
Urca Drilling B.V.	96.942	2.754.186	(2.657.244)
Guarapari Drilling B.V.	61.404	2.399.543	(2.338.139)
Bracuhu Drilling B.V.	57.974	1.676.002	(1.618.028)
Portogalo Drilling B.V.	37.966	1.441.578	(1.403.612)
Mangaratiba Drilling B.V.	911	553.093	(552.182)
Botinas Drilling B.V.	1.111	546.369	(545.258)
Ondina Drilling B.V.	57.865	2.649.613	(2.591.748)
Pituba Drilling B.V.	31.776	1.594.425	(1.562.649)
Boipeba Drilling B.V.	1.531	942.452	(940.921)
Interlagos Drilling B.V.	4.525	616.032	(611.507)
Itapema Drilling B.V.	4.687	477.079	(472.392)
Comandatuba Drilling B.V.	4.690	433.021	(428.331)
Frade Drilling B.V.	59.789	2.413.692	(2.353.903)
Camburi Drilling B.V.	55.533	1.453.567	(1.398.034)
Itaoca Drilling B.V.	41.554	902.663	(861.109)
Itaunas Drilling B.V.	2.723	796.566	(793.843)
Siri Drilling B.V.	2.003	731.315	(729.312)
Sahy Drilling B.V.	1.700	721.654	(719.954)
Cassino Drilling B.V.	48.329	2.158.525	(2.110.196)
Curumim Drilling B.V.	25.165	1.233.445	(1.208.280)
Salinas Drilling B.V.	1.577	708.393	(706.816)
Joatinga Drilling B.V.	4.886	662.146	(657.260)

11. Intangível:	Controladora e consolidado	Licença de constru-ção e afretamento	Licenças de uso de softwares	Total
		3.157	5.272	8.429
		(1.973)	(1.559)	(3.532)
		1.184	3.713	4.897

Em 1º/01/2014					
Custo				3.157	8.429
Amortização				(1.973)	(3.532)
Saldo contábil, líquido				1.184	4.897

Exercício findo em 31/12/2014					
Saldo inicial				1.184	4.897
Adições				-	1.367
Amortização				(789)	(2.051)
Saldo contábil líquido				395	3.818

Em 31/12/2014					
Custo				3.157	9.796
Amortização				(2.782)	(5.583)
Saldo contábil líquido				395	3.818

Exercício findo em 31/12/2015					
Saldo inicial				395	3.818
Adições				-	26
Amortização				(395)	(1.860)
Saldo contábil líquido				-	2.379

Em 31 de dezembro 2015					
Custo				3.157	9.822
Amortização				(3.157)	(7.443)
Saldo contábil, líquido				-	2.379

12. Imobilizado:	Controladora				Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros			

Em 1º/01/2014							
Custo	506	2.495	1.824	5.064	(3)	9.886	
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)	-	(1.998)	
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	(3)	7.888	

Exercício findo em 31/12/2014							
Saldo inicial	408	2.126	1.539	3.818	(3)	7.888	
Adições	90	255	(71)	(1)	75	348	
Baixas	-	-	-	-	-	-	
Depreciação e amorti-zação	(91)	(503)	(164)	(1.287)	-	(2.045)	
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	72	6.191	

Em 31/12/2014							
Custo	595	2.750	1.752	5.063	72	10.232	
Depreciação e amortização acumuladas	(188)	(872)	(448)	(2.533)	-	(4.041)	
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	72	6.191	

Exercício findo em 31/12/2015							
Saldo inicial	407	1.878	1.304	2.530	72	6.191	
Adições	-	4	-	-	-	4	
Transferências	(1)	(2)	(129)	-	(3)	(135)	
Baixas	(103)	(549)	(174)	(1.287)	-	(2.113)	
Depreciação e amortização	303	1.331	1.001	1.243	69	3.947	
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	72	6.191	

Em 31/12/2015							
Custo	594	2.751	1.537	5.063	69	10.014	
Depreciação e amortização acumuladas	(291)	(1.420)	(536)	(3.820)	-	(6.067)	
Saldo contábil, líquido	303	1.331	1.001	1.243	69	3.947	

	Consolidado				Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros			

Em 1º/01/2014							
Custo	506	2.495	1.824	5.064	13.944.385	13.954.274	
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)	-	(1.998)	
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276	

Exercício findo em 31/12/2014							
Saldo inicial	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276	
Adições	90	255	(71)	(1)	6.703.567	6.703.840	
Baixas	-	-	-	-	-	-	
Diferenças cambiais	(91)	(503)	(164)	(1.287)	2.676.511	2.676.511	
Depreciação e amortização	(103)	(549)	(174)	(1.287)	-	(2.045)	
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	23.324.463	23.330.582	

Em 31/12/2014							
Custo	595	2.750	1.752	5.063	23.324.463	23.334.623	
Depreciação e amortização acumuladas	(188)	(872)	(448)	(2.533)	-	(4.041)	
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	23.324.463	23.330.582	

Exercício findo em 31/12/2015							
Saldo inicial	407	1.878	1.304	2.530	23.324.463	23.330.582	
Adições	-	4	-	-	1.740.170	1.740.174	
Baixas	(1)	(2)	(129)	-	(3)	(135)	
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	(33.961.445)	(33.961.445)	
Diferenças cambiais	-	-	-	-	9.381.079	9.381.079	
Depreciação e amortização	(103)	(549)	(174)	(1.287)	-	(2.113)	
Saldo contábil, líquido	303	1.331	1.001	1.243	484.264	488.142	

Em 31/12/2015							
Custo	594	2.751	1.537	5.063	484.264	494.209	
Depreciação e amortização acumuladas	(291)	(1.420)	(536)	(3.820)	-	(6.067)	
Saldo contábil, líquido	303	1.331	1.001	1.243	484.264	488.142	

Na rubrica de imobilizado em curso do Grupo são registrados os custos incorridos nos 29 projetos ora em construção pelas SPEs holandesas, denominados unidades de sonda de perfuração ou DRU "Drilling Rig Unit". O portfólio de ativos operacionais

(DRUs) em construção é distribuído em dois tipos de ativos de características semelhantes: • Tipo navio-sonda (23 unidades): que têm basicamente a forma de um navio convencional com uma torre de perfuração localizada em seu centro, onde uma abertura no casco "moon pool" permite a passagem da coluna de perfuração. Sua vantagem é ter uma maior velocidade de trânsito e maior capacidade de carga e estocagem. • Tipo semi-submersíveis (6 unidades): têm flutuadores que ficam submersos, o que confere a este tipo de plataforma maior estabilidade e as deixam menos suscetíveis ao movimento de deriva. O convés, também chamado de "main deck", fica acima da linha d'água, longe do alcance das ondas, sustentado pelas pernas ou colunas da plataforma. Sua área do convés é geralmente maior do que a de um navio-sonda. A torre de perfuração fica localizada em geral no centro da plataforma e uma abertura no centro do seu convés permite a passagem da coluna de perfuração. As especificações de cada uma dessas embarcações são consistentes com projetos internacionais. Seus equipamentos e componentes são supridos por diversos fornecedores existentes no setor de óleo e gás para garantir a qualidade, a disponibilidade de substituição de peças e suporte pós-venda para manutenção futura. Todas as unidades são projetadas para perfurar em lâmina d'água ultra-profundas de até 3.000 metros, com uma capacidade total de profundidade de até 10.000 metros. Com o objetivo de limitar o risco de contraparte de conclusão com qualquer um dos construtores navais, a Administração optou por uma abordagem diversificada de contratação de diferentes estaleiros, conforme tabela abaixo:

Estaleiro	Nº de unidades	Tipo de embarcação	SPE Contratante
Estaleiro Atlântico Sul - EAS	7	Navio-sonda	Copacabana Grumari Ipanema Leblon Leme Marambaia Joatinga
Estaleiro Brasfels (FernavalePte Ltd.)	6	Semi-submersível	Urca Frade Bracuhu Portogalo Mangaratiba Botinas
Estaleiro Jurong Aracruz - EJA	7	Navio-sonda	Arpoador Guarapari Camburi Itaoca Itaunas Siri Sahy
Estaleiro Enseada do Paraguaçu - EEP	6	Navio-sonda	Ondina Pituba Boipeba Interlagos Itapema Comandatuba
Estaleiro Rio Grande - ERG	3	Navio-sonda	Cassino Curumim Salinas

Os custos mais relevantes referentes à construção dos ativos são distribuídos da seguinte forma: (i) Contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC - Engineering, Procurement and Construction Contract ("EPC"), conforme descrito na Nota 20 (item a – (i)). As embarcações são contratadas para serem entregues, em média, quatro anos após o início da construção. A Cia. entende que o prazo de entrega permitia a Administração e aos estaleiros a flexibilidade necessária para a conclusão e disponibilização à Petrobras dentro do cronograma. A primeira unidade estava prevista para ser entregue em agosto de 2016, no entanto, este prazo foi impactado devido as razões apresentadas na Nota 1 e a depender da solução do projeto, um novo cronograma de entrega deverá ser negociado junto aos estaleiros. (ii) Contratos de gerenciamento e supervisão da construção de sondas Construction Management Agreement ("CMA"), conforme descrito na Nota 20 (item a – (ii)). Os custos de gerenciamento e supervisão das obras representam aproximadamente 4% do total de cada projeto em andamento, o Cia. entende que com a contratação da equipe de engenharia da Petrobras e/ou um sócio operador atuando em conjunto com o corpo técnico da Sete Brasil como supervisores em cada um dos estaleiros é possível assegurar o progresso da construção das DRUs reduzindo os riscos de construção e de aceitação (não-conformidade com os requisitos da Petrobras). (iii) Os demais custos indiretos (como os custos financeiros e seguros das obras) incorridos durante a construção são capitalizados no imobilizado. No período findo em 31/12/2015, o Grupo capitalizou no ativo imobilizado R\$ 541.231 (R\$ 925.469 em 31/12/2014) dos custos de empréstimos. Do montante capitalizado em 2015, R\$ 229.889 são provenientes da dívida captada pela Controladora e R\$ 311.342 são de empréstimos ponte "Bridge Loan" captados por controladas. Os custos associados aos empréstimos foram capitalizados pelo Grupo até 30/06/2015. A partir dessa data, não houve evolução física significativa na construção dos ativos e, portanto, a capitalização dos custos foi interrompida. a) Redução de valor recuperável dos ativos ("Impairment"): Em 31/12/2015, a Cia. reconheceu a provisão para perda na recuperabilidade em seus ativos em construção no valor de R\$ 33.961.445, conforme avaliação abaixo: Com os constantes atrasos e dificuldades no desenvolvimento de um plano (vide Nota 1), considerando também o cenário de baixa nos preços do petróleo e a consequente desaceleração dos investimentos no setor de óleo e gás, a Administração entende que atualmente não é possível assegurar a continuidade destas unidades, uma vez que dificilmente serão concluídos dentro do custo e prazo originalmente planejado, conforme sinalização dos principais fornecedores e o curso da negociação com o seu principal cliente, além das dificuldades de financiabilidade do projeto, principal motivador para reestruturar o plano de investimentos. Dada as incertezas sobre a continuidade do projeto e os efeitos adversos do setor em que a Cia. atua, a Administração contratou uma avaliação dos ativos por uma consultoria independente de reconhecimento internacional. A base desta avaliação é o valor de venda de cada ativo, líquido das despesas/custos vinculadas a esta venda, conforme metodologia descrita abaixo:

Abordagem e metodologia: Abordagem utilizada na determinação do valor justo menos as despesas com alienação foi baseada na combinação: i) referências de dados históricos para preços pagos em operações de vendas de ativos similares com ajustes, quando aplicável, considerando as influências de tempo, localização e características específicas de cada ativo em questão; e ii) a estimativa de custo considera a atual circunstância de mercado para reconstruir a unidade inteira, em que baseia-se no princípio da substituição, isto é, o valor dos ativos a serem avaliados é indicado pelo custo de se reproduzir uma propriedade idêntica, aplicando-se um fator de desconto com base nos respectivos estágios dos ativos, se necessário. Os elementos de custo de construção incluem mão de obra, engenharia, material, gerenciamento de projetos e custos indiretos tais como transporte, instalação e comissionamento. **Visão geral do mercado de sondas:** O mercado de equipamentos está deprimido desde o 3º trimestre de 2014 juntamente com o declínio dos preços do petróleo; os investimentos no setor diminuiram, acarretando no forte enfraquecimento do futuro da produção de ativos; e redução dos preços, agravado com o acúmulo de estoques de peças e ativos ociosos. Ainda que o preço do petróleo ultimamente tenha tido alguma recuperação, o que é uma tendência para 2017, este efeito não impacta de imediato na recuperação do mercado de equipamentos por conta do excesso de oferta de sondas (de qualquer tipo) no mercado. Isto significa que a recuperação do mercado de equipamentos deve ser adiada e sem expectativa positiva até o final de 2018 ou mesmo 2019. Até então, sem novos contratos de perfuração introduzidos no mercado, a demanda de equipamentos no mercado secundário de sondas fica deprimida. Nos últimos 5 anos, a taxa de utilização mundial caiu de 90% em 2011 para cerca de 55% nos dias atuais. No Brasil há cerca de 25 sondas de águas ultra-profundas operando, o que corresponde à taxa de utilização de 65%. A diminuição da utilização no Brasil é uma combinação da situação financeira da Petrobras e do mercado de petróleo e gás atual. **Referências de operações recentes de ativos similares:** Recentemente houve duas operações no mercado secundário em águas ultraprofundas com ativos similares aos que estão em construção pelo grupo Sete Brasil, conforme descrito a seguir: i) Venda do navio-sonda DEEPSEA METRO II: Um navio-sonda de águas ultraprofundas da Gusto P-10000 design, construído pela Hyundai Heavy Industries na Coreia do Sul, que teve sua conclusão e entrega em Novembro de 2011. Este ativo teve seu contrato terminado com a Petrobras para operações de perfuração em águas ultraprofundas em maio 2015. Em março 2016 o navio-sonda foi vendido em leilão por US\$ 210 milhões, o equivalente a 24,4% do seu valor de custo de aproximadamente US\$ 860 milhões. ii) Venda do navio-sonda CERRADO: Um navio-sonda de sexta geração construído pela Samsung Heavy Industries, em 2011. O projeto do navio-sonda é semelhante aos de sondas em operação e com valor de custo de aproximadamente US\$ 700 milhões. Em abril de 2016, a CERRADO foi vendida em leilão por US\$ 65 milhões, cerca de 9,3 % de seu valor de custo de aquisição. Ainda que ativos similares, atribuiu-se um risco adicional para esta sonda quando comparada com a DEEPSEA METRO II, pelo fato da CERRADO não ter

operado até então e, portanto, não ter cumprido todas etapas de testes operacionais. Esse fato gera incertezas em relação a sua aceitação inicial para um contrato de afretamento. Além disso a CERRADO requer um investimento adicional para colocá-la em condições operacionais. Todas essas restrições impactaram diretamente em seu valor de venda. **Valor justo dos ativos por grupo de fase de conclusão:** Ativos com evolução física menor que 5% - 15 unidades: As sondas: Leblon, Leme, Marambaia, Joatinga, Mangaratiba, Botinas, Boipeba, Interlagos, Itapema, Comandatuba, Itaunas, Siri, Sahy, Curumim e Salinas, não apresentam evolução física considerável de construção e comissionamento e apenas suas fases de projeto foram concluídos. O valor justo desses ativos líquido dos custos de venda foi determinado como igual a R\$ 0. **Ativos com evolução física entre 5% a 50% - 8 unidades:** Sondas com progresso na construção e comissionamento, com seus projetos concluídos e uma significativa encomenda de equipamentos (*procurement*). Sem a expectativa de seguir adiante com estas obras, no estágio atual, o valor justo para estes ativos, líquido das despesas, é baseado na venda dos equipamentos já recebidos e dos que estão de posse dos fornecedores; adicionado do valor de sucata geral do aço, aplicados na obra, com base nos preços do Extremo Oriente. Abaixo demonstramos os valores por ativo:

Abordagem e metodologia: Abordagem utilizada na determinação do valor justificado dos ativos semelhantes com base em dados históricos para preços pagos em operações de vendas de ativos similares com ajustes de mercado para diferenças de tempo, localização e características específicas de cada ativo em questão; e ii) a estimativa de custo considera a atuação de mercado para reconstruir a unidade inteira, em que baseada-se no princípio da substituição, isto é, o valor dos ativos a serem avaliados é indicado pelo custo de substituição.

Sete Brasil Participações S.A.

Em Recuperação Judicial | Companhia Fechada | CNPJ/MF 13.127.015/0001-67

equivalentes a R\$ 30.929 (sendo US\$ 2.814 equivalentes a R\$ 6.369 para Copacabana, US\$ 2.840 equivalentes a R\$ 6.426 para Grumari, US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Ipanema, US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Leblon e US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Leme). Em 20/08/2014, houve nova extensão do prazo para as SPES Copacabana e Grumari com vencimento estabelecido para 18/12/2014. Os juros incorridos até esta data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 5.579 equivalentes a R\$ 12.652 (sendo US\$ 2.777 equivalentes a R\$ 6.298 para Copacabana e US\$ 2.801 equivalentes a R\$ 6.354 para Grumari). Em 18/12/2014, as SPES Copacabana e Grumari pagaram os juros incorridos até esta data, no montante de US\$ 4.197 equivalentes a R\$ 11.079. Nesta mesma data, houve a extensão do prazo com vencimento estabelecido para 18/02/2015. Em 18/02/2015, houve a extensão do prazo de vencimento do primeiro empréstimo ponte para duas das cinco SPES que possuem essa linha contratada. São elas: Copacabana e Grumari. Em 20/02/2015, houve a extensão do prazo de vencimento do primeiro empréstimo ponte para as demais SPES que possuem essa linha contratada. São elas: Ipanema, Leblon e Leme. (2) **Empréstimo Ponte 2 – Bridge Facility Agreement 2 – agente administrativo*: Deutsche Bank:** Em 8/05/2014, houve a extensão do prazo de vencimento do segundo empréstimo ponte para as 14 SPES que possuíam essa linha contratada. São elas: Arpoador, Urca, Frade, Bracuchy, Portogalo, Guarapari, Ondina, Pituba, Boipeba, Camburi, Itaoca, Cassino, Curumim e Salinas. Os novos prazos de vencimento pactuados são, respectivamente, 4/11/2014 para as SPES Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina,Urca e Cassino, e, 17/04/2015 para as SPES Boipeba, Bracuchy, Itaoca, Pituba, Portogalo, Curumim e Salinas. Em 4/11/2014, as SPES Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina,Urca e Cassino pagaram os juros incorridos até esta data, no montante de US\$ 24.616 equivalentes a R\$ 62.731. Nesta mesma data, houve a extensão do prazo com vencimento estabelecido para 17/12/2014. Em 17/12/2014, o prazo de vencimento para as SPES Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina,Urca e Cassino foi extendido para 21/01/2015. Em 21/01/2015, houve a extensão do prazo de vencimento do segundo empréstimo ponte para sete das quatorze SPES que possuem essa linha contratada. São elas: Arpoador, Urca, Frade, Guarapari, Ondina, Camburi e Cassino. (3) **Empréstimo Ponte 4 – Bridge Facility Agreement 4– agente administrativo*: Deutsche Bank:** Em 28/02/2014, a Cia. captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 500.000, cujos credores são o Banco Itaú e o Banco do Brasil, foi captado pelas controladas indilretas: Marambaia, Interlagos, Itapema, Comandatuba, Itaunas, Siri e Sahy. Em 10/03/2015, houve a extensão do prazo de vencimento do quarto empréstimo ponte para as sete SPES que possuem essa linha contratada. São elas: Comandatuba, Interlagos, Sahy, Marambaia, Itaunas, Siri e Itapema. (4) **Empréstimo Ponte 5 – Bridge Facility Agreement 5 – agente administrativo*: Caixa Econômica Federal:** Em 16/09/2014, a Cia., através de sua controlada Joatinga, captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 250.000, equivalente a R\$ 583.000, cujo credor é o Standard Chartered Bank. Em 17/11/2014, houve a extensão do prazo de vencimento para 17/12/2015. Nesta mesma data, houve pagamento dos juros acumulados, no montante de US\$ 2.412, equivalente a R\$ 6.148. No dia 4/03/2015, a controlada Joatinga recebeu a notificação de “default” referente ao “Empréstimo Ponte 5” junto ao credor Standard Chartered. Como consequência do não pagamento no vencimento em 21/01/2015, o Agente Administrativo declara vencidos e exigíveis todos os valores e obrigações pendentes relacionados aos documentos do financiamento. No dia 12/03/2015, a controlada Jotinga foi informada que o Standard Chartered Bank encaminhou, através de notificação, a solicitação de pagamento pelo FGCN, em função do não pagamento de empréstimo-ponte vencido, o que iniciou formalmente o processo de execução da garantia do FGCN. Em 28/05/2015, em cumprimento à execução da garantia, o FGCN quitou junto ao Standard Chartered Bank o montante de R\$ 392.367.289,90. De acordo com as cláusulas da execução da garantia, a partir deste momento o FGCN torna-se credor único do montante dado em garantia. (5) **Empréstimo Ponte 6 – Bridge Facility Agreement 6– agente administrativo*: Caixa Econômica Federal:** Em 31/10/2014, a Cia., através de sua controlada Sete Investimentos I, captou novos recursos para financiamento dos ativos. O financiamento no montante de US\$ 400.000, equivalente a R\$ 1.062.480, possui como credor a Caixa Econômica Federal. Em 29/01/2015, houve a extensão do prazo de vencimento do financiamento de curto prazo denominado “Empréstimo Ponte 6” através da Sete Investimentos 1. Em 28/04/2015, houve o vencimento da sexta linha de financiamento. “O agente administrativo é o responsável pela liberação dos desembolsos dos empréstimos e recebimento dos pagamentos do tomador de recursos junto aos credores de cada dívida. O montante dos custos de captação totalizou aproximadamente US\$ 15.365 equivalentes a R\$ 48.607 no exercício findo em 31/12/2015 (US\$ 100.563, equivalentes a R\$ 267.116 em 31/12/2014), tendo sido totalmente transferidos para o ativo imobilizado (US\$ 92.030, equivalentes a R\$ 244.451 em 31/12/2014). **Emissão de Debêntures Simples – FI-FGTS:** Em AGE, datada de 1/02/2013, a Cia. aprovou a emissão de 1.850 debêntures simples, emitidas em série única, com garantias reais, não convertíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000, perfazendo o montante de R\$ 1.850 bilhão. Os recursos necessariamente são utilizados para o financiamento do programa de investimentos da Cia., que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas Subsidiárias para a Petrobras. Não são elegíveis para inclusão na utilização dos recursos os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Cia. e quaisquer planos de investimentos que não tenham sido previamente aprovados por escrito pelos debenturistas. A emissão não é objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures tiveram colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures, salvo vencimento antecipado, possuem prazo de 20 anos e seis meses a contar da data de emissão que ocorreu em 15/02/2013. A partir de 19/02/2013, as debêntures fazem juz a juros remuneratórios de 8% ao ano. Até o sexagésimo mês, contados da data de emissão, os juros serão incorporados ao valor das debêntures (período de carência) e a partir dessa data serão pagos semestralmente, junto com as 16 parcelas que as debêntures serão resgatadas. Como parte dos custos desta captação a Cia. pagou no dia 21/02/2013 uma remuneração de R\$ 16.250 para cada debênture, apresentado líquido no balanço na rubrica de debêntures. São garantias da emissão, em favor dos debenturistas, as ações e seus direitos do capital da interveniente anuente, Sete International One GmbH, bem como recebíveis das intervenientes garantidoras Itapema Drilling B.V. e Comandatuba Drilling B.V. Atualmente todas as dívidas captadas pelo grupo estão vencidas. **Período de suspensão da exigibilidade e execução das dívidas:** Em 31/03/2015, como parte do processo de reestruturação financeira a Cia. celebrou um acordo através do Instrumento de Assunção de Obrigação de Não Fazer (Instrumento de *Standstill*) com seus credores de curto e LP. Este acordo concede ao grupo Sete Brasil um prazo de 90 dias (período de suspensão), contato de sua assinatura, durante o qual os credores não poderão tomar qualquer medida ou exercer qualquer direito decorrente das dívidas atualmente existentes contra a Cia. ou suas subsidiárias (inclusive, por exemplo, a execução de dívidas). O Standstill teve sua primeira extensão prorrogada para 14/08/2015 e, posteriormente, vem sendo renovada sistematicamente e de acordo com o andamento das discussões sobre alternâncias para viabilidade do projeto. O quinto termo de prorrogação, estendeu o prazo para até 11/05/2016. **Execução da garantia junto ao Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN:** Em 15/05/2015, foi encaminhada pelos credores dos Empréstimos Pontes (1, 2 e 4) e das Debêntures Simples uma solicitação de pagamento junto ao FGCN, emissor da garantia, em decorrência do inadimplemento das obrigações dos contratos de financiamento e do vencimento antecipado das debêntures adquiridas pelo FI-FGTS. Após diligência nos documentos exigidos para execução do pagamento e em conexão com o quinto termo de prorrogação do *Standstill*, os montantes de R\$ 2.688 milhões e R\$ 1.211 milhões foram pagos pelo FGCN aos credores nos dias 11/02/2016 e 24/02/2016, respectivamente. Portanto nestas dívidas que tiveram sua obrigação parcialmente quitada, o FGCN passa a ser o único credor da parcela equivalente ao montante repassado a cada um dos credores conforme definido nas cláusulas da carta garantia. Em conexão com as informações apresentadas na Nota 1, a liquidação parcial ou total destas obrigações dependem do sucesso nas negociações de um plano de reestruturação ou da realização de ativos dentro de seu rito legal em função do pedido de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 22b). **16. Capital social e reservas: a) Capital social:** O capital é representado por 8.251.500 mil ações ON sem valor nominal, perfazendo R\$ 8.251.500.000. Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos. No dia 09/01/2015, a Cia. recebeu integralização de capital de R\$ 1.883.000, sendo R\$ 94.150 via Petrobras S.A. e R\$1.788.850 via FIP Sondas. Desta forma, a Cia. concluiu a integralização das ações emitidas em AGE realizada em 11/09/2014.

	Quantidade	Valor
FIP Sondas	6.050.075.000	6.050.075.000
Petrobras S.A.	318.425.000	318.425.000
Saldo em 31/12/2014	6.368.500.000	6.368.500.000
Janeiro		
FIP Sondas	1.788.850.000	1.788.850.000
Petrobras S.A.	94.150.000	94.150.000
Saldo em 31/12/2015	8.251.500.000	8.251.500.000

b) Reserva de lucros: (i) Reserva Legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Não foi constituída a reserva legal, por não ter sido apurado lucro líquido no exercício de 2015. **(ii) Reserva de lucros a realizar:** A reserva de lucros a realizar foi constituída para não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. A Cia. encontra-se em situação financeira incompatível para distribuição dos dividendos. Conforme estabelecido no Art. 197 §2º da Lei das S.A., esta reserva deverá ser utilizada somente para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios ou para compensação de prejuízos futuros. Não foi constituída a reserva de lucros a realizar, por não ter sido apurado lucro líquido no exercício de 2015. **c) Ajustes acumulados de conversão:** Os ajustes acumulados de conversão referem-se às diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das controladas elaboradas em moeda estrangeira. **d) Dividendos:** Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Art. 202 da Lei das S.A.. **e) Lucros (prejuízos) acumulados:**

	2015	2014
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Cia.	(26.028.110)	820.617
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	8.232.576	4.916.157
Lucro (prejuízo) básico por ação – R\$	(3,16)	0,17

g) Lucro (prejuízo) por ação – Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Cia. não possui ações ordinárias com efeitos potenciais diluidores.

17. Despesas administrativas e outras (despesas) receitas operacionais líquidas:

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Pessoal	73.348	85.536
Serviços de consultoria e auditoria	26.559	16.149
Impostos e contribuições	629	581
Depreciação e amortização	3.973	4.116
Despesas com locação	3.399	4.018
Propaganda e publicidade	2.616	4.344
Viagens	2.850	2.269
Manutenção de software	213	2.503
Concessionárias (luz, água e esgoto, telefonia)	1.511	1.256
Administração e limpeza	1.227	1.017
Seguros	41	201
Outras despesas gerais	4.751	5.412
	121.117	127.402
	357,667	144,512

b) Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Provisão para despesas com distratos (*)	(168)	(1.833)
Outras (despesas) receitas operacionais	(168)	(1.833)

(*) Esta provisão reflete a estimativa da Cia. quanto a despesas com distratos de contratos operacionais, estimativa feita com base nas cláusulas contratuais dos contratos de EPC (“*Engineering, Procurement and Construction Contract*”) assinados com os estaleiros, conforme mencionado na Nota 20. **Resultado financeiro, líquido:**

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Despesas financeiras	(6.621)	(14.849)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(878)	(2.172)
Despesas com operações de câmbio	(219.392)	(1.392)
Despesas com juros de empréstimos	(33)	(27)
Despesas com tarifas bancárias	-	(786)
Juros de mora com estaleiros	(4.760)	(159.070)
Tributos sobre receita financeira	(19)	(8.040)
Outras despesas financeiras	(9)	(30)
	(231.703)	(17.057)
	(1.055.449)	(33.930)

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Receitas financeiras	22.633	30.611
Rendimentos sobre aplicações financeiras	173.704	132.391
Juros sobre empréstimos intercompany	911	1.496
Outras receitas financeiras	197.248	164.498
	24.083	34.554

Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Outras variações cambiais líquidas (*)	(2.203)	2
Resultado financeiro líquido	(36.658)	147.443
	4.508.756	866.319
	3.477.390	866.943

(*) As variações cambiais registradas no resultado consolidado são decorrentes principalmente dos efeitos das variações do dólar norte-americano e do euro em relação ao real. Durante o período, as subsidiárias austríacas, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH, detiveram recursos denominados em reais provenientes da controladora e, ao mesmo tempo, manteve empréstimos denominados em dólares norte-americanos em favor das subsidiárias holandesas (Nota 19. c; (i). ii)). Tais operações resultaram em uma posição ativa líquida em dólares exposta às flutuações cambiais, uma vez que, apesar de ser uma controlada estrangeira, a Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH possuem moeda funcional real em função principalmente de sua dependência financeira da Sete Brasil Participações. Em função desta condição, os efeitos cambiais gerados por esta controlada foram registrados diretamente no resultado na rubrica de variações cambiais e monetárias. Como referência, apresentamos abaixo as flutuações cambiais nos períodos:

	2015	2014	Variação
Taxas de câmbio de fechamento	3.9048	2.6562	47%
US\$ x R\$	4.2504	3.2270	32%
EUR x R\$	1,0885	1,2149	-10%
EUR x US\$	2,6562	2,3426	13%
Taxas de câmbio de fechamento	3,2270	3,2265	0%
US\$ x R\$	1,2149	1,3773	-12%
EUR x R\$			

19. Partes relacionadas: a) Contratos entre partes relacionadas: As controladas mantêm contratos de afretamento de sondas e supervisão de construção com a Petrobras, acionista da Cia., os quais estão detalhados na Nota 20 Compromissos. **b) Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores da Cia. para o período findo em 31/12/2015, foi de R\$ 13.365 (R\$ 27.393 em 31/12/2014). **c) Empréstimos Intercompany: (i) Sete International One GmbH:** A Sete International One mantém contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPES. Esta estrutura determina que os recursos de financiamento de cada projeto devem ser captados através de 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio.

		2015	2014
Controlada	Taxa a.a.	Principal	Encargos
Denominado em US\$		Total	Total
Arpoador Drilling B.V.	Libor+4,48%	445.971	7.492
Arpoador Drilling B.V.	Libor+5,61%	19.680	1.621
Arpoador Drilling B.V.	Libor+5,61%	130.675	10.016
Arpoador Drilling B.V.	Libor+5,61%	172.334	4.181
Copacabana Drilling B.V.	Libor+4,48%	303.395	5.641
Copacabana Drilling B.V.	Libor+5,61%	25.404	2.092
Copacabana Drilling B.V.	Libor+5,61%	109.715	19.013
Copacabana Drilling B.V.	Libor+5,61%	208.540	5.854
Grumari Drilling B.V.	Libor+4,48%	200.771	3.919
Grumari Drilling B.V.	Libor+5,61%	23.915	1.969
Grumari Drilling B.V.	Libor+5,61%	105.100	23.143
Grumari Drilling B.V.	Libor+5,61%	147.250	3.746
Ipanema Drilling B.V.	Libor+4,48%	115.352	1.618
Ipanema Drilling B.V.	Libor+5,61%	7.907	651
Ipanema Drilling B.V.	Libor+5,61%	106.315	21.797
Ipanema Drilling B.V.	Libor+5,61%	158.619	4.736
Leblon Drilling B.V.	Libor+4,48%	42.835	598
Leblon Drilling B.V.	Libor+5,61%	2.636	217
Leblon Drilling B.V.	Libor+5,61%	93.604	11.193
Leblon Drilling B.V.	Libor+5,61%	81.994	2.639
Leme Drilling B.V.	Libor+4,48%	42.855	604
Leme Drilling B.V.	Libor+5,61%	2.343	193
Leme Drilling B.V.	Libor+5,61%	94.273	11.165
Leme Drilling B.V.	Libor+5,61%	56.082	1.686
Marambaia Drilling B.V.	Libor+5,61%	2.196	181
Marambaia Drilling B.V.	Libor+5,61%	94.938	12.567
Marambaia Drilling B.V.	Libor+5,61%	32.951	861
Urca Drilling B.V.	Libor+5,61%	249.748	465
Urca Drilling B.V.	Libor+5,61%	2.811	232
Urca Drilling B.V.	Libor+5,61%	161.673	17.751
Urca Drilling B.V.	Libor+5,61%	252.528	10.039
Guarapari Drilling B.V.	Libor+5,61%	518.635	14.020
Guarapari Drilling B.V.	Libor+5,61%	24.991	2.058
Guarapari Drilling B.V.	Libor+5,61%	164.267	20.312
Guarapari Drilling B.V.	Libor+5,61%	255.725	8.149
Bracuchy Drilling B.V.	Libor+5,61%	215.451	3.320
Bracuchy Drilling B.V.	Libor+5,61%	781	64
Bracuchy Drilling B.V.	Libor+5,61%	135.551	19.489
Bracuchy Drilling B.V.	Libor+5,61%	587.745	8.708
Portogalo Drilling B.V.	Libor+5,61%	180.813	2.846
Portogalo Drilling B.V.	Libor+5,61%	1.718	141
Portogalo Drilling B.V.	Libor+5,61%	60.294	8.043
Portogalo Drilling B.V.	Libor+5,61%	44.555	1.236
Mangaratiba Drilling B.V.	Libor+5,61%	176.828	2.794
Mangaratiba Drilling B.V.	Libor+5,61%	761	57
Mangaratiba Drilling B.V.	Libor+5,61%	140.497	3.220
Mangaratiba Drilling B.V.	Libor+5,61%	49.091	7.240
Botinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	179.011	2.828
Botinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	625	47
Botinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	138.071	4.169
Botinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	49.953	7.138
Ondina Drilling B.V.	Libor+5,61%	171.937	4.684
Ondina Drilling B.V.	Libor+5,61%	83.407	6.869
Ondina Drilling B.V.	Libor+5,61%	141.589	33.477
Ondina Drilling B.V.	Libor+5,61%	457.214	15.063
Pituba Drilling B.V.	Libor+5,61%	270.133	5.200
Pituba Drilling B.V.	Libor+5,61%	20.930	1.724
Pituba Drilling B.V.	Libor+5,61%	145.958	14.503
Pituba Drilling B.V.	Libor+5,61%	453.058	13.034
Boipeba Drilling B.V.	Libor+5,61%	105.039	8.650
Boipeba Drilling B.V.	Libor+5,61%	81.220	27.829
Boipeba Drilling B.V.	Libor+5,61%	301.581	9.332
Interlagos Drilling B.V.	Libor+5,61%	586	48
Interlagos Drilling B.V.	Libor+5,61%	90.693	27.185
Interlagos Drilling B.V.	Libor+5,61%	94.617	893
Itapema Drilling B.V.	Libor+5,61%	90.818	28.932
Comandatuba Drilling B.V.	Libor+5,61%	90.818	28.932
Frade Drilling B.V.	Libor+5,61%	1.031.010	10.337
Frade Drilling B.V.	Libor+5,61%	1.874	154
Frade Drilling B.V.	Libor+5,61%	157.947	23.721
Frade Drilling B.V.	Libor+5,61%	22.259	860
Camburi Drilling B.V.	Libor+5,61%	271.631	6.801
Camburi Drilling B.V.	Libor+5,61%	19.134	1.576
Camburi Drilling B.V.	Libor+5,61%	176.398	14.028
Camburi Drilling B.V.	Libor+5,61%	107.219	3.412
Itaoca Drilling B.V.	Libor+5,61%	74.442	1.703
Itaoca Drilling B.V.	Libor+5,61%	9.684	797
Itaoca Drilling B.V.	Libor+5,61%	133.085	10.762
Itaoca Drilling B.V.	Libor+5,61%	279.720	9.753
Itaunas Drilling B.V.	Libor+5,61%	2.538	209
Itaunas Drilling B.V.	Libor+5,61%	129.000	11.666
Itaunas Drilling B.V.	Libor+5,61%	161.538	5.297
Siri Drilling B.V.	Libor+5,61%	3.905	322
Siri Drilling B.V.	Libor+5,61%	181.683	15.532
Siri Drilling B.V.	Libor+5,61%	86.133	2.963
Sahy Drilling B.V.	Libor+5,61%	3.124	257
Sahy Drilling B.V.	Libor+5,61%	185.493	15.973
Sahy Drilling B.V.	Libor+5,61%	80.154	2.732
Cassino Drilling B.V.	Libor+4,83%	262.291	6.104
Cassino Drilling B.V.	Libor+5,61%	72.473	5.968
Cassino Drilling B.V.	Libor+5,61%	133.468	25.072
Cassino Drilling B.V.	Libor+5,61%	351.957	9.265
Curumim Drilling B.V.	Libor+4,83%	154.117	2.833
Curumim Drilling B.V.	Libor+5,61%	16.791	1.383
Curumim Drilling B.V.	Libor+5,61%	149.938	11.217
Curumim Drilling B.V.	Libor+4,83%	302.587	7.533
Salinas Drilling B.V.	Libor+4,83%	248.195	3.100
Salinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	4.295	330
Salinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	85.718	8.020
Salinas Drilling B.V.	Libor+5,61%	55.638	1.835
Joatinga Drilling B.V.	Libor+5,61%	206.564	10.504
		14.181.374	762.133
		14.932.996	9.306.670

(ii) **Sete International Two GmbH:** A Sete International Two também mantém contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPES. As condições pactuadas são as seguintes:

		2015	2014
Controlada	Taxa a.a.	Principal	

Sete Brasil Participações S.A.

Em Recuperação Judicial | Companhia Fechada | CNPJ/MF 13.127.015/0001-67

Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Em 2015	
			Contratado (Em USD)	Pago* (Em USD)
Boipeba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	3.082.315
Botinas Drilling B.V.	Queiroz Galvão	01.01.2013	7.711.965	2.389.234
	Óleo e Gás - QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.477
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.347
Bracuhy Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	16.843.244	-
	Queiroz Galvão	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Óleo e Gás - QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
Camburi Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	4.494.739
	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.773.331
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	4.909.088
Cassino Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	8.507.524
Comandatuba Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.956.702
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	-
Curumim Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	6.616.963
Frade Drilling B.V.	Queiroz Galvão	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Óleo e Gás - QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.079.006
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
Guarapari Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	5.832.522
	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	7.521.453
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	5.572.479
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
Interlagos Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	328.804
	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	7.060.681
Itaoca Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	3.789.018
Itapema Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.956.702
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	-
Itaunas Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.307.359
	Petrobras	02.01.2013	14.185.044	1.641.058
Mangaratiba Drilling B.V.	Queiroz Galvão	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Óleo e Gás - QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
Ondina Drilling B.V.	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	-
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	6.977.817
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
Pituba Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	5.493.176
Portogalo Drilling B.V.	Queiroz Galvão	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Óleo e Gás - QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.079.006
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
Sahy Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	1.947.476
	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.027.775
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	-
	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
Salinas Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	4.302.772
Siri Drilling B.V.	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	6.721.993
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	-
Urca Drilling B.V.	Queiroz Galvão	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Óleo e Gás - QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	8.165.530
			828.656.778	203.089.069

(*) Não foram feitos pagamentos por esses contratos no exercício de 2015. Em conexão com as informações apresentadas na Nota 1, a liquidação parcial ou

total destas obrigações dependem do sucesso nas negociações de um plano de reestruturação ou da realização de ativos dentro de seu rito legal em função do pedido de recuperação judicial que será apresentado em breve, conforme mencionado na Nota 22b). **b) Contrato de afretamento das sondas:** As controladas possuem contratos de afretamento com a Petrobras com prazos de 20 anos (para duas sondas), 15 anos (para 21 sondas) e 10 anos (para cinco sondas), com possibilidade de renovação por mais 5 a 10 anos, e com prazos de entrega das sondas para a Petrobras entre 2015 a 2020.

Controlada	Data de assinatura	Prazo
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Gumari Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Urca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Guarapari Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Cassino Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Curumim Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Salinas Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Botinas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Bracuhy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Frade Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Mangaratiba Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Portogalo Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Camburi Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaoca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaunas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Sahy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Siri Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Boipeba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Comandatuba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Interlagos Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Itapema Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Ondina Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Pituba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos

21. Outras informações: a) Ação contra os ex-administradores: A Cia. moveu ações de responsabilidade civil contra os seus ex-administradores envolvidos na Operação Lava Jato, todas atualmente em curso perante a Comarca da Capital do Rio de Janeiro, em razão dos prejuízos sofridos como decorrência de parte dos fatos narrados na referida Operação. Os processos encontram-se em fase de conhecimento. Adicionalmente, cabe ressaltar que a Cia. não foi em nenhum momento intimada pelas autoridades competentes e, conforme já divulgado nas demonstrações financeiras de 31/12/2014 e aprovadas pela Administração da Cia. em 25/03/2015, diversas ações foram adotadas naquele momento no sentido de investigar detalhadamente as alegações, não tendo sido identificado nenhum ato ilícito em relação aos contratos com terceiros, bem como nenhum novo evento ocorreu durante o exercício de 2015. **b) Outras ações:** Há duas ações populares em que a Cia. figura como ré: Uma delas estava em curso em São Paulo, sob o número 0007826-66.2015.4.03.6100 e, além da Cia., figuravam como réus a União Federal, a Petrobras, e o BNDES. A ação buscava a declaração de nulidade de todos os contratos celebrados entre a Cia. e a Petrobras, bem como de todo e qualquer financiamento, crédito ou investimento concedido, direta ou indiretamente, pelo BNDES. De início, foi concedida liminar, a qual foi posteriormente cassada pelo Tribunal de São Paulo. O autor, em seguida, desistiu da ação e foi proferida sentença extinguindo a mesma em razão de tal desistência. Aguarda-se o trânsito em julgado desta decisão. A outra está em curso em Porto Alegre, sob o número 5007372-78.2015.4.04.7100 e, além da Cia., são réus o BNDES, BNDESPAR, União, e outros. A ação busca que o BNDES seja impedido de liberar o montante financiado ainda pendente de disponibilização e, ao final, que seja declarada nulidade do contrato entre BNDES e a Cia. Após apresentação de defesa pela Cia., foi proferida sentença extinguindo o feito. O autor recorreu da decisão e aguarda-se o julgamento da apelação. **22. Eventos subsequentes: a) Extinção do Conselho de Administração:** Em AGE datada de 18/01/2016, considerando que nos termos da Lei das S/A as sociedades por ações de capital fechado, desde que não possuam capital autorizado, não são obrigadas a ter um Conselho de Administração instalado, os acionistas da Cia. decidiram por eliminar a obrigatoriedade da existência do Conselho de Administração, por meio da exclusão da previsão de capital autorizado no Estatuto Social da Sete Brasil Participações S.A.. Essa medida ocorreu em função do atual cenário que o grupo se encontra, onde se vêem reduzindo custos ao nível estritamente essencial, ao tempo que não representa alteração relevante no modelo de governança da Cia., cujas deliberações estratégicas ocorrem em nível de Assembleia Geral de Acionistas. Sendo assim, as deliberações de gestão do grupo ficarão a cargo exclusivamente da atual Diretoria da Sete Brasil e as deliberações de caráter estratégico serão discutidas diretamente com os acionistas da Cia. **b) Pedido de Recuperação Judicial:** Em AGE datada de 20/04/2016, os acionistas da Cia. aprovaram a apresentação do pedido de recuperação judicial do Grupo . Esta medida tem como objetivo apresentar uma alternativa para solução do projeto em conjunto com todos os *stakeholders* envolvidos. Conforme descrito na Nota 1, até o momento a Cia. não possui uma Plano de Recuperação Judicial formal, que deverá ser apresentado no prazo de 60 dias, contados a partir da data da publicação do deferimento do referido pedido, ao Juiz e demais *stakeholders* diretamente interessados no Plano de Recuperação da Cia. Em 29/04/2016, conforme aprovação em AGE, a Cia.

protocolou junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o pedido formal de recuperação judicial. Em 15/06/2016, foi publicado o deferido do processamento da recuperação judicial das empresas brasileiras, Sete Brasil, Sete Investimentos I, e Sete Investimentos II, e indeferido o processamento em relação às empresas estrangeiras, Sete Holding, Sete International One, e Sete International Two, conforme decisão judicial. A Administração entende como necessária a inclusão das *holdings* situadas na Áustria e está estudando a melhor estratégia para recorrer da decisão de indeferimento das empresas estrangeiras. Além disso, foi nomeada a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda para a função de administrador judicial.

Diretoria Executiva
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro
Diretor Presidente e de Relacionamento com Investidores
Renato Sanches Rodrigues
Diretor de Participações e Operações e Diretor de Engenharia Interino
Ricardo Froes Alves Ferreira – Diretor Financeiro
Caio Afonso de Almeida Filho – Diretor Jurídico
Adriano José dos Santos Fagundes: Gerente de Controladoria
Franklin Natanael da Silva: Contador - CRC RJ 093216/0-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas Sete Brasil Participações S.A.. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais da Sete Brasil Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Fomos contratados também para examinar as demonstrações financeiras consolidadas da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração - sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Todavia, em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo "Base para a abstenção de opinião - incertezas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. **Base para abstenção de opinião - incertezas:** Conforme mencionado nas Notas 1 e 22(b) às demonstrações financeiras, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade pedido de recuperação judicial, protocolado junto aos órgãos competentes em 29 de abril de 2016. O pedido foi deferido no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 15 de junho de 2016. Contudo, ainda não há um plano de reestruturação aprovado por seus acionistas e credores com o objetivo de buscar a continuidade operacional da Companhia, que, dada a sua atual situação operacional e financeira, não dispõe de recursos suficientes para liquidar seus passivos ou manter a atividade de construção e conclusão dos ativos de exploração de petróleo, entre outros aspectos. As negociações para novas captações de recursos de longo prazo dependem da conclusão e aprovação desse plano de reestruturação, que levará em consideração as condições atuais do mercado de óleo e gás. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, suscita dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Companhia, com reflexos na mensuração de seus ativos e passivos. Adicionalmente, como descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras foram preparadas em uma base contábil de liquidação, embora os acionistas tenham aprovado pedido de recuperação judicial com o objetivo de apresentar uma alternativa para a solução do projeto da Companhia. Dadas as incertezas desses aspectos, não foi possível determinar os efeitos ou ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Em virtude da relevância dos assuntos descritos no parágrafo "Base para abstenção de opinião – incertezas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Sete Brasil Participações S.A. e da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas. **Ênfase – Operação "Lava Jato":** Chamamos ainda a atenção para a Nota 21(a) que descreve os reflexos da investigação da denominada "Operação Lava Jato" na Companhia. Nosso relatório não contém modificação em relação a esse assunto. Rio de Janeiro, 21 de julho de 2016.

	PricewaterhouseCoopers	Alexandre Fermino Alvares
	Auditores Independentes	Contador
	CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ	CRC 1SP 211793/O-5 "S" RJ